

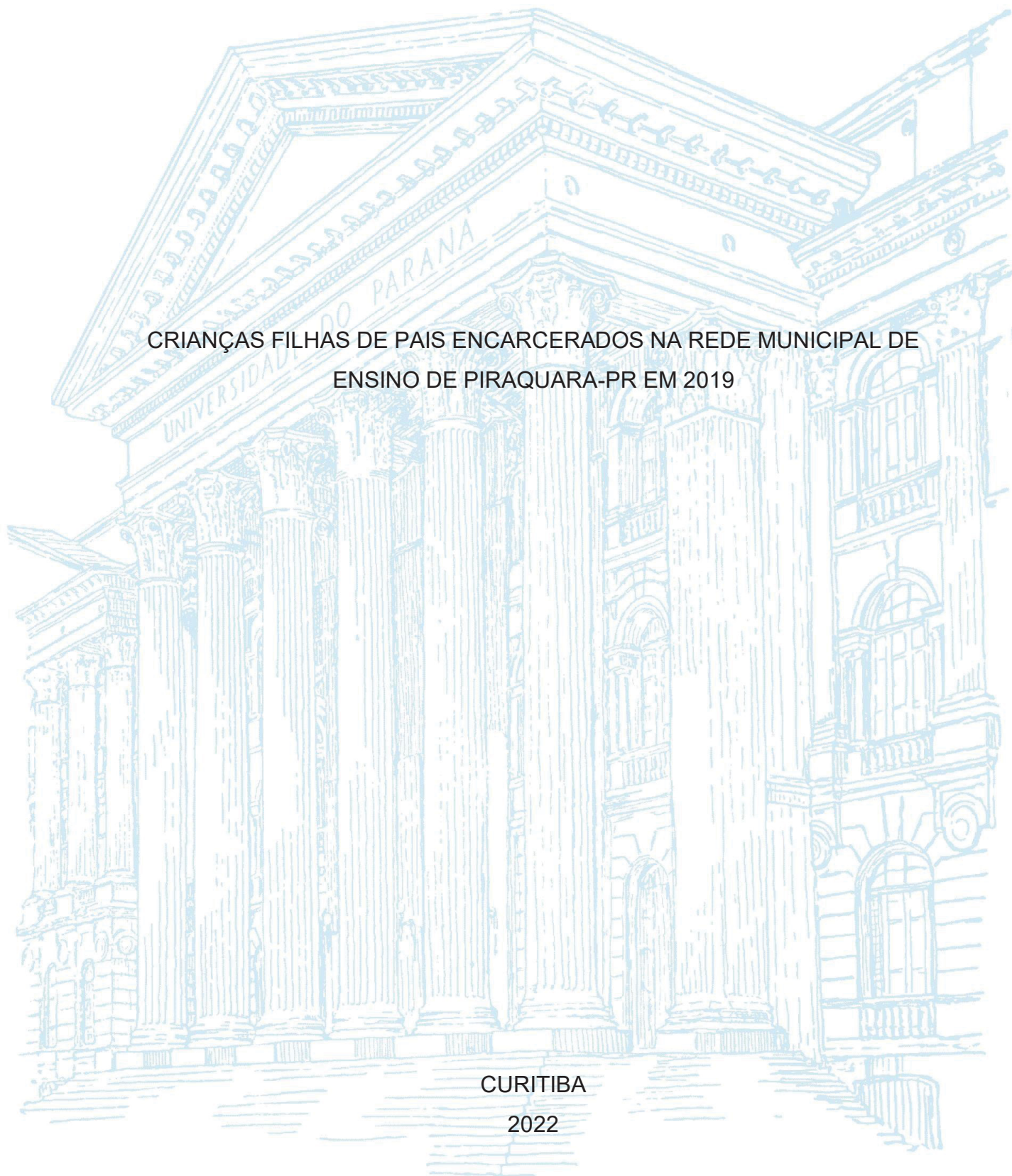
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CARLA JULIANE DOS SANTOS VILAR

CRIANÇAS FILHAS DE PAIS ENCARCERADOS NA REDE MUNICIPAL DE
ENSINO DE PIRAQUARA-PR EM 2019

CURITIBA

2022



CARLA JULIANE DOS SANTOS VILAR

CRIANÇAS FILHAS DE PAIS ENCARCERADOS NA REDE MUNICIPAL DE
ENSINO DE PIRAQUARA-PR EM 2019

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, na linha de Processos Psicológicos em Contextos Educacionais, como requisito final à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Gabriela Isabel Reyes Ormeño.

CURITIBA

2022

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DO CAMPUS REBOUÇAS

Vilar, Carla Juliane dos Santos.

Crianças filhas de pais encarcerados na Rede Municipal de Ensino de Piraquara-PR em 2019 / Carla Juliane dos Santos Vilar – Curitiba, 2022.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.

Orientadora: Profª Drª Gabriela Reyes Ormeño

1. Educação – Estudo e ensino. 2. Educação e Estado – Paraná. 3. Direito à educação. 4. Filhos de prisioneiras. I. Ormeño, Gabriela Reyes. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Educação. IV. Título.



ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRA EM EDUCAÇÃO

No dia vinte e oito de setembro de dois mil e vinte e dois às 14:00 horas, na sala 232-B e virtual, Campus Rebouças - UFPR, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de dissertação da mestranda **CARLA JULIANE DOS SANTOS VILAR**, intitulada: **CRIANÇAS FILHAS DE PAIS ENCARCERADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PIRAQUARA-PR EM 2019**, sob orientação da Profa. Dra. GABRIELA ISABEL REYES ORMENO. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: GABRIELA ISABEL REYES ORMENO (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), MARILUCIA ANTONIA DE RESENDE PEROZA (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA), ROBERLAYNE DE OLIVEIRA BORGES ROBALLO (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela APROVAÇÃO. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de mestra está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós- Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, GABRIELA ISABEL REYES ORMENO, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

CURITIBA, 28 de Setembro de 2022.

Assinatura Eletrônica

17/11/2022 19:02:16.0

GABRIELA ISABEL REYES ORMENO

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

11/11/2022 22:45:08.0

MARILUCIA ANTONIA DE RESENDE PEROZA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA)

Assinatura Eletrônica

11/11/2022 11:33:03.0

ROBERLAYNE DE OLIVEIRA BORGES ROBALLO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)



TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **CARLA JULIANE DOS SANTOS VILAR** intitulada: **CRIANÇAS FILHAS DE PAIS ENCARCERADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PIRAQUARA-PR EM 2019**

, sob orientação da Profa. Dra. GABRIELA ISABEL REYES ORMENO, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 28 de Setembro de 2022.

Assinatura Eletrônica

17/11/2022 19:02:16.0

GABRIELA ISABEL REYES ORMENO

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

11/11/2022 22:45:08.0

MARILUCIA ANTONIA DE RESENDE PEROZA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA)

Assinatura Eletrônica

11/11/2022 11:33:03.0

ROBERLAYNE DE OLIVEIRA BORGES ROBALLO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Dedico este trabalho às crianças filhas de pais encarcerados que têm sua infância marcada pelos estigmas e são invisíveis pela sociedade, com a esperança de que um dia haja uma perspectiva de futuro diferenciada daquela que vivem atualmente.

AGRADECIMENTOS

À Escola pública e à Universidade pública que me permitiram chegar até aqui. Muito cedo entendi que se quisesse estudar teria que ser em instituições públicas, tendo em vista as condições financeiras que minha família possuía.

Agradeço aos profissionais da Escola Municipal Antônio Scarante, que me alfabetizaram e cuidaram de mim e de meu irmão quando minha mãe não tinha com quem nos deixar, sendo que a cada troca de direção a mãe ia na escola explicar nossas necessidades e todas as diretoras permitiram que ficássemos na escola tanto no período da manhã quanto da tarde, ainda que a escola não atendesse estudantes em período integral. À querida tia Miralva, que nos chamava na cantina na chegada para nos alimentar e sempre nos dava um pouco mais de “merenda”, pois sabia o quanto aquele alimento nos fazia diferença.

Aos profissionais do Colégio Estadual Romário Martins, que foram responsáveis pela minha formação da quinta à oitava série (atualmente II etapa do ensino fundamental), lá conheci minha querida amiga Tatiana do Rocio Moreira, que está presente em minha vida até hoje, sempre incentivando e apoiando minhas escolhas.

Aos profissionais do Colégio Estadual Mário Brandão Teixeira Braga, local onde cursei o Ensino Médio - Magistério, do qual trago lembranças marcantes na minha formação. Onde tive professores que me ensinaram a gostar da Educação e fazer do Magistério uma profissão, um agradecimento especial à professora Sirley Marchiorato, uma referência na formação de professores de Piraquara.

Aos profissionais do Instituto de Educação Erasmo Pilotto, onde aprofundi meus conhecimentos sobre Educação Especial, modalidade de ensino à qual dediquei muitos anos da minha atuação como docente.

Aos profissionais do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, agradeço aos muitos professores que contribuíram com minha formação e me fizeram acreditar ainda mais na educação pública, deixo aqui meu agradecimento especial à professora Maria Madselva Ferreira Feiges, que se tornou minha inspiração no campo educacional.

Agradeço aos meus pais, um agente penitenciário e uma balconista, que estudaram apenas até o final da 4ª série do ensino fundamental, mas que sempre

sonharam que seus filhos pudessem “ser alguém na vida”, e com seus esforços conseguiram que conquistássemos muito além disso. Somos uma família cheia de qualidades e alguns defeitos, como costume dizer em nossos momentos coletivos. Aqui agradeço meus irmãos, sobrinhos, agregados... eu sei que nem sempre vocês compreenderam minha opção de estudar tanto, mas sempre me respeitaram. Sintam-se representados, serei a primeira de toda a família a concluir o mestrado, ninguém nos dava crédito, aquelas criancinhas pobrezinhas que ficavam sozinhas trancadas em casa para a mãe trabalhar, sendo cuidadas pela vizinhança. Vencemos. Eu amo vocês!

Agradeço ao meu esposo, Sergio Luis Borato Vilar, que me apoiou suprimindo os vazios deixados por mim na atenção dispensada ao nosso filho e ao nosso lar. Eu sei que nem sempre fui querida. Estudando por horas, perdendo a paciência com coisas pequenas. Gratidão ao meu filho amado, Samuel Vilar, uma criança de 11 anos, você foi maravilhoso com a mamãe, especialmente após o fatídico mês de maio de 2021. Sempre preocupado, cuidando de mim, durante o período de isolamento social fomos nós dois, todo o tempo. Me acompanhou por todo curso, sabe muito sobre o tema aqui estudado. Filho, somos mestres!

Entre tantas dificuldades enfrentadas nestes últimos anos, sempre pude contar com a amizade da minha querida Luciney P. Souza, obrigada amiga por se manter ao meu lado. Vivemos muitas coisas juntas, alegrias, decepções, mas sempre tivemos uma à outra. Seguimos sonhando com uma educação justa e de qualidade, com pessoas vivas que acreditam no potencial e nas crianças. Obrigada!

Agradeço ao professor Josafá Moreira da Cunha, por ter me apresentado a professora Gabriela Isabel Reyes Ormeño, e que posteriormente se tornou minha orientadora. Gaby querida, me permita a intimidade, antes de tudo agradeço a oportunidade! Muito obrigada por me ensinar a olhar para os invisíveis e marginalizados. Obrigada pela sua humanidade e humildade que me ensina tanto todos os dias. Seu carinho, compreensão, incentivo... foram determinantes para que eu pudesse seguir.

Finalizando deixo meu agradecimento a Deus, o Senhor da minha vida! Obrigada meu Deus pelo seu cuidado diário, obrigada pelo Espírito Santo que me acompanha em todo tempo ao qual orei em tantos momentos onde a angústia e o desespero tomavam conta. Obrigada por ter guardado minha vida e ter permitido que eu estivesse aqui concluindo o mestrado, que sempre foi um desejo. Ter sofrido

um acidente em maio de 2021 e decorrente disso, descobrir um tumor na cabeça me desestabilizou muito, achei que não conseguiria! Foram dias muito difíceis, com muita angústia, tristeza, choro, exames, consultas... por um período tive a memória, atenção, concentração prejudicadas. Na verdade, ainda tenho alguns lapsos, quem convive bem de pertinho sabe disso. Me esforço muito para suprir estas dificuldades. Sigo percorrendo o caminho diário do milagre e crendo que tudo vai ficar bem, só tenho a agradecer, estou viva, minha pérola de se tornar mestre foi formada!

*(...) de maneira alguma te deixarei, nunca jamais te abandonarei (...) o
Senhor é o meu auxílio, não temerei. (Hebreus 13: 5b, 6a)*

RESUMO

No estado do Paraná, o maior número de penitenciárias e conseqüentemente o maior número de encarcerados estão localizados no município de Piraquara, escolhido para a realização da presente pesquisa. A literatura nacional aponta ao menos quatro categorias de filhos de pessoas privadas de liberdade: aqueles que nasceram e moram nas prisões em virtude de sua mãe ter sido presa grávida ou ter engravidado enquanto estava presa; aqueles que moram fora do ambiente prisional; aqueles que estão em abrigos porque a família não possui condições de suprir suas necessidades e aqueles que desconhecem a condição de encarceramento de seus pais. Considerando que um dos direitos fundamentais de todas as crianças e adolescentes é a educação, e que a legislação tem garantido este acesso a elas, ainda há déficits relacionados à permanência e qualidade que evidenciam o fato de a escola acentuar as desigualdades da criança (DUBET, 2004; CRAHAY; BAYE, 2013). Com isso, acaba mostrando-se injusta, especialmente com aqueles que mais necessitam dela (filhos de encarcerados). Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho buscou identificar e caracterizar crianças filhas de pais encarcerados, estudantes na rede municipal de ensino de Piraquara-Pr, no ano de 2019, e seus professores. Para tanto, foi aplicado um instrumento posteriormente respondido por 553 professores da rede municipal. Destes, 117 afirmaram terem estudantes filhos de pais encarcerados no ano de 2019 em suas salas de aula. Foram identificadas 202 crianças com idade média de 6,98, sendo 54,85% da raça preta e parda, concentrados no ensino fundamental, os quais possuem, na sua maioria, o pai preso. Evidenciou-se que 18,81% das crianças apresentavam alterações comportamentais após a realização de visitas aos seus pais. As crianças apresentam prejuízos em seu desempenho acadêmico decorrente do aprisionamento de seus pais. Conclui-se que as crianças sofrem as conseqüências do cárcere, principalmente o preconceito imposto pela sociedade. Portanto, se faz urgente a implementação de políticas públicas que possibilitem atendimento em contraturno escolar e formação continuada aos professores que o capacitem para atuar junto a estas crianças.

Palavras-chave: Crianças filhas de presos; Direito à educação; Piraquara; Contraturno escolar.

ABSTRACT

In the state of Paraná, the largest number of penitentiaries and consequently the largest number of incarcerated people are located in the county of Piraquara, which was chosen for this research. National literature points to at least four categories of children of persons deprived of their liberty: those who were born and live in prisons because their mother was arrested while pregnant or became pregnant while she was in prison; those who live outside the prison environment; those who are in shelters because the family is unable to meet their needs and those who are unaware of their parents' incarceration condition. Considering that one of the fundamental rights of all children and adolescents is education, and that the legislation has guaranteed this access to them, there are still deficits related to permanence and quality that show the fact that the school accentuates the inequalities of the child (DUBET, 2004; CRAHAY; BAYE, 2013). As a result, it ends up being unfair, especially with those who need it most (children of the incarcerated). With this in mind, the objective of the present work sought to identify and characterize children of incarcerated parents, students in the municipal education network of Piraquara-Pr, in the year 2019, and their teachers. For such, a questionnaire was applied and later answered by 553 teachers from the municipal network. Of these, 117 claimed to have in their classrooms students whose parents were incarcerated in 2019. A total of 202 children with an average age of 6.98 were identified, 54.85% of the black and brown race, concentrated in elementary school, most of which have their father in prison. It was shown that 18.81% of the children had behavioral changes after visiting their parents. Children present impairments in their academic performance due to the imprisonment of their parents. It is concluded that children suffer the consequences of prison, especially the prejudice imposed by society. Therefore, it is urgent to implement public policies that enable after-school care and continuing education for teachers in order to enable them to work with these children.

Keywords: Children of incarcerated parents; Right to education; Piraquara; After-school care

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Pessoas privadas de liberdade com filhos no Paraná-Pr.....	21
Figura 2- Pessoas privadas de liberdade com filhos em Piraquara-Pr	22

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Graduação dos participantes.....	57
Gráfico 2- Pós-graduação dos participantes.....	58
Gráfico 3- Gênero predominante entre os estudantes da turma	61
Gráfico 4- Turma que o professor lecionou em 2019.....	62
Gráfico 5- Características das crianças	65
Gráfico 6- A criança permaneceu na escola/CMEI em 2020.....	66
Gráfico 7- Oferta de atendimento em contraturno escolar.....	67
Gráfico 8- Tipos de violência	69
Gráfico 9- Você acredita que esse(a) estudante(a) tem algum tratamento diferenciado na escola/CMEI por ter algum familiar preso?	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Contextualização dos municípios com penitenciárias no Paraná	23
Tabela 2- Número de estudantes em Piraquara- 2019.....	25
Tabela 3- Professores que responderam ao instrumento	48
Tabela 4- Confiabilidade das escalas que compõem o instrumento da pesquisa	53
Tabela 5- Crianças filhas de pais encarcerados por etapa/ modalidade de ensino	63
Tabela 6- Quantidade de crianças filhas de encarcerados(a) por instituição de ensino.....	71

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

APMP	- Associação de Professores Municipais de Piraquara
CMEI	- Centro Municipal de Educação Infantil
CME	- Conselho Municipal de Educação
CNS	- Conselho Nacional de Saúde
DCN	- Diretrizes Curriculares Nacionais
DEPEN	- Departamento Penitenciário
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
INFOPEN	- Informações Penitenciárias
PIB	- Produto Interno Bruto
PME	- Plano Municipal de Educação
PNE	- Plano Nacional de Educação
SAEB	- Sistema de Avaliação da Educação Básica
SMED	- Secretaria Municipal de Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
JUSTIFICATIVA.....	28
OBJETIVOS	29
OBJETIVO GERAL.....	29
OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	29
CAPÍTULO 1- O DIREITO À EDUCAÇÃO E A BUSCA POR UMA ESCOLA JUSTA QUE SUPERE AS DESIGUALDADES.....	30
1.1 PROFESSOR: PROFISSIONAL COM IDENTIDADE DOCENTE EM CONSTANTE FORMAÇÃO	36
1.2 UMA REVISÃO NARRATIVA A RESPEITO DE CRIANÇAS DE PAIS ENCARCERADOS	39
1.2.1 Crianças nascidas dentro do sistema prisional	39
1.2.2 Crianças que moram fora do ambiente prisional	41
1.2.3 Crianças em abrigos	42
1.2.4 Crianças que desconhecem o encarceramento de seus pais.....	43
CAPÍTULO 2- PESQUISA E METODOLOGIA	48
2.1 TIPO DE PESQUISA.....	48
2.2 PARTICIPANTES	48
2.2.1 Respondentes do instrumento	48
2.2.2 Selecionados para a pesquisa.....	49
2.3 LOCAL	49
2.4 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS	49
CAPÍTULO 3- DISCUSSÃO SOBRE AS CRIANÇAS FILHAS DE ENCARCERADOS A PARTIR DO OLHAR DOS PROFESSORES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO ..	53
3.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PROFESSORES E DAS TURMAS NO ANO DE 2019.	54
3.2 CRIANÇAS FILHAS DE PAIS ENCARCERADOS NA PERSPECTIVA DOS PROFESSORES	63
3.3 SITUAÇÃO PENAL DOS (AS) GENITORES (AS):.....	72
CONCLUSÃO.....	80

REFERÊNCIAS.....	84
APÊNDICE 1- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	91
APÊNDICE 2- OFÍCIO CIRCULAR N. 201/2020	93
APÊNDICE 3- INSTRUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DAS CRIANÇAS FILHAS DE PAIS E MÃES ENCARCERADOS NO MUNICÍPIO DE PIRAQUARA-PR.....	94
APÊNDICE 4- OFÍCIO CIRCULAR N. 214/2020	100

INTRODUÇÃO

Sou moradora do município de Piraquara e professora da rede municipal de ensino desde 1997. Neste longo período de trabalho, ocupei diferentes cargos e funções como professora da educação infantil, professora do ensino fundamental, professora da educação especial, direção e coordenação pedagógica de escola, coordenadora pedagógica na Secretaria Municipal de Educação (SMED), de abril de 2016 a dezembro de 2020 ocupei o cargo de Secretária Municipal de Educação e desde fevereiro de 2021 atuo como docente no Ensino Fundamental - I etapa.

No ano de 2019, participei como convidada do lançamento do Programa DIGA (Dialogue, Ignore, Ganhe Distância e Ache Ajuda), realizado no Campus Rebouças da Universidade Federal do Paraná, e ao término tive oportunidade de conversar e refletir brevemente a respeito da condição das mulheres presas e o tratamento ofertado aos seus filhos com a professora Gabriela Isabel Reyes Ormeño. Essa conversa de poucos minutos me levou a concorrer a uma vaga para a realização de uma disciplina isolada no Programa de Pós-Graduação em Educação, pois percebi o quanto a educação de Piraquara estava sendo omissa com as crianças filhas de pais encarcerados e como minha visão sobre o tema era muito limitada.

Ao ser aprovada na seleção da disciplina *Programas e Estratégias de Prevenção e Intervenção Contra Violência Parental*, tive contato com discussões nunca antes realizadas, as quais me impulsionaram a fazer o processo de seleção para concorrer a uma vaga na linha de Processos Psicológicos em Contextos Educacionais no Mestrado.

Com a aprovação no processo seletivo, foi iniciada minha caminhada, na qual conciliei os estudos com meu trabalho como Secretária Municipal de Educação, desempenho da maternidade do pequeno Samuel, esposa, dona de casa, filha, etc. Também foi o ano em que se iniciou a pandemia do coronavírus (COVID-19), uma doença infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2. Nenhum dia foi fácil, especialmente em razão da mudança de rotina na minha família, em que meu filho passou a ficar em casa fazendo suas aulas exclusivamente no formato on-line e a pessoa que cuidava dele ficou muito doente e precisou se afastar, o que trouxe um desequilíbrio emocional para ele e para a nossa família como um todo.

A pandemia tornou tudo muito mais difícil, pois o isolamento social impôs um modo de viver diferenciado. Também trouxe muitas incertezas para o campo educacional, considerando que os professores da rede municipal apresentaram muita resistência em desempenhar suas atribuições de maneira remota. O ano de 2020 foi muito desafiador e também um período para rever algumas prioridades. No mês de julho do referido ano, decidi que não ocuparia mais o cargo de Secretária Municipal de Educação, tampouco qualquer outro cargo ou função, e passaria a me dedicar ao desempenho das funções de docência em sala de aula em meio período e, no outro período, solicitaria licença para estudo no ano de 2021, situação que perdurou até o final do mestrado.

A decisão de deixar a Secretaria Municipal de Educação de Piraquara, fez com que eu realizasse a coleta de dados antes mesmo de iniciar a revisão bibliográfica. E que também passasse a analisá-los, haja vista que meu problema de pesquisa estava delimitado, bem como as hipóteses para as quais busquei respostas nos referenciais teóricos estudados.

A escolha do tema da pesquisa se deu pelo fato da minha vivência pessoal e profissional se dar num município marcado por abrigar a maior população carcerária do estado do Paraná, o município de Piraquara. Durante o período que estive frente à SMED, não tive oportunidade e nem sensibilidade de discutir e implementar políticas públicas de atendimento a essas crianças. Assim, a realização desta pesquisa é uma forma de devolver à educação de Piraquara um estudo que possibilite um olhar diferenciado a respeito de crianças filhas de pessoas privadas de liberdade.

Muitas vezes os professores não sabem que possuem crianças filhas de encarcerados em suas salas de aula. A fim de corroborar tal afirmativa, segue abaixo o relato realizado por uma estudante no final do ano letivo de 2021, após ter sido questionada sobre suas faltas por vários dias seguidos:

Eu faltei porque meu pai foi preso. Professora toda a minha família foi presa. A polícia chegou na minha casa arrebentando a porta, nós ficamos muito assustados (...) choramos (...) levaram meu pai porque ele tinha uma arma. Mas professora, ele só distribui o negócio, só isso, ele não faz mais nada (...) ele tinha uma arma porque queria se vingar da morte do meu tio, mataram meu tio (...) Professora não conte para ninguém isso que eu te falei.

A situação descrita ocorreu comigo, sendo que já tinha se passado praticamente todo o ano letivo e em nenhum momento soube dessa informação, o que me trouxe um sentimento de incapacidade e tristeza por não ter percebido antes situação para ajudar mais a estudante. Após esta descoberta, foi possível perceber a estudante mais confiante em mim. Este relato demonstra o quanto esses estudantes passam despercebidos no ambiente escolar e nem sempre apenas por desconhecimento dos docentes a respeito da temática em questão.

Considerando a alta população carcerária de Piraquara e a inexistência de um levantamento a respeito de quantas crianças frequentam as instituições de ensino da rede municipal, surge a pergunta da pesquisa aqui apresentada: “Quantas crianças/estudantes da rede municipal de ensino são filhas de pais encarcerados? E quais são suas principais características?”

Desta forma, este trabalho surge com a intenção de identificar e caracterizar crianças filhas de pais encarcerados, estudantes da rede municipal de ensino de Piraquara, para que a partir desta pesquisa sejam planejadas políticas de atendimento a essas crianças que possam tirá-los de sua condição de invisibilidade.

O município de Piraquara está localizado a 22,52 km da capital Curitiba, no Paraná. De acordo com informações disponibilizadas no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE cidades, tem sua população estimada no ano de 2021 de 116.852 habitantes. É um município marcado por suas belezas naturais, nascentes do rio Iguaçu, região de pouca industrialização decorrente de suas áreas ambientais e com 93% do município compondo as bacias de abastecimento da região metropolitana (HARDT L.; HARDT C., 2007), sendo responsável por 50% do abastecimento de água da região metropolitana de Curitiba (MONTEIRO, 2018).

No início da década de 1990, Piraquara registrou a maior taxa de crescimento anual de sua população, aumentando as áreas de ocupações irregulares (HARDT L.; HARDT C., 2007), principalmente em áreas de mananciais (MONTEIRO, 2018) da região do Guarituba, local que atualmente possui aproximadamente um terço da população de toda Piraquara, sendo marcado pela pobreza e precarização do espaço (NAGAMINE, 2021).

Piraquara pertence, desde 2009, ao grupo dos 100 municípios mais pobres do Brasil (G100), que são os municípios mais populosos, com baixa receita *per capita* e alta vulnerabilidade econômica. No ano de 2013, a mudança para indicação da metodologia de seleção desses municípios passou a considerar indicadores sociais

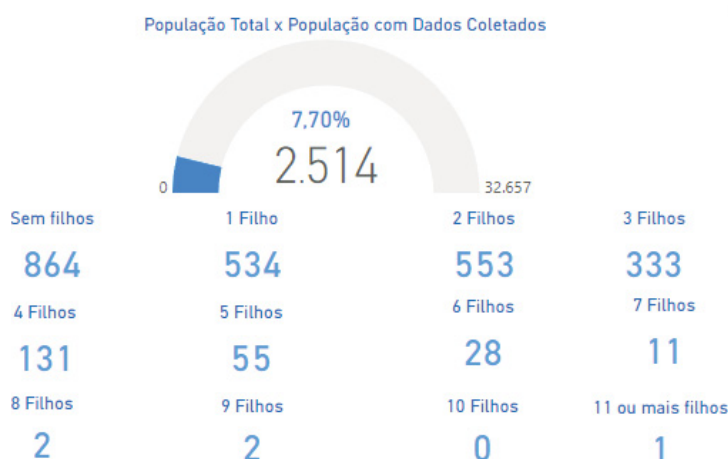
de educação, saúde e assistência social. O índice da educação considera a proporção de crianças entre 0 e 5 anos não matriculadas em creches ou pré-escolas, revelando a demanda não atendida pela educação. O índice da saúde é medido pela proporção da população atendida exclusivamente pelo Sistema Único Saúde – SUS, e o índice da assistência social é a proporção da população que vive abaixo da linha de pobreza, isto é, menos de R\$170,00/mês (FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS, 2017).

Outra marca deste município consiste em abrigar o maior número de penitenciárias e, conseqüentemente, a maior população de encarcerados do estado do Paraná (INFOPEN, 2021). Dos 399 municípios do Paraná, apenas 13 possuem penitenciárias, o que significa que estas destinam-se ao preso condenado, àquele submetido à medida de segurança, preso provisório e ao egresso (BRASIL, 1984).

A última pesquisa realizada pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN com dados de julho de 2021, apresenta 670.714 pessoas privadas de liberdade em todo o território nacional. No estado do Paraná estão 32.657 destes presos, considerando também aqueles que estão nas cadeias públicas e no município de Piraquara 6.797 (BRASIL, 2021).

Ao buscar saber o número de filhos das pessoas privadas de liberdade, não foi obtido um número real, uma vez que apenas uma pequena parcela da população carcerária possui seus dados coletados. As figuras 1 e 2 a seguir evidenciam essa afirmação:

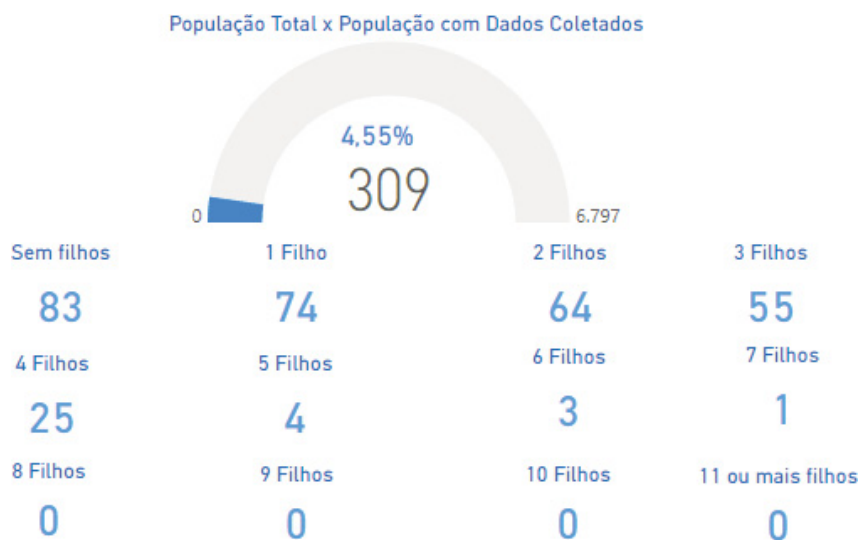
Figura 1- Pessoas privadas de liberdade com filhos no Paraná-Pr



Fonte: INFOPEN, 2021

Dos 32.657 presos no estado Paraná, apenas 7,70%, ou seja, 2.514 possuem seus dados coletados, sendo que 864 não possuem filhos e 1.064 possuem um total de 3.728 filhos.

Figura 2- Pessoas privadas de liberdade com filhos em Piraquara-Pr



Fonte: INFOPEN, 2021

Analisando a figura 2, pode-se concluir que dentre as 6.797 pessoas privadas de liberdade que cumprem suas penas no município de Piraquara, apenas 309 possuem seus dados coletados, sendo que 83 não possuem filhos e 226 possuem um total de 506 filhos.

Por meio deste levantamento, não foram colhidas informações específicas a respeito destas crianças, a exemplo da idade, raça, gênero, quantos destes filhos estão em idade escolar, etapa e/ou modalidade de ensino que frequentam, entre outras questões. Também não foi possível identificar, nos dados publicados pelo INFOPEN, a origem destes presos no que diz respeito especificamente ao município de sua residência e de seus filhos. Sendo assim, não há levantamentos que confirmem que estes filhos e demais familiares das pessoas privadas de liberdade, residam em Piraquara.

Os municípios com penitenciárias no Paraná estão descritos na Tabela 1 a seguir:

Tabela 1- Contextualização dos municípios com penitenciárias no Paraná

Municípios	Área territorial	População estimada	PIB <i>per capita</i>	P	NP	IDH
Cascavel	2.101,074 km ²	336.073	R\$ 38.368,71	2	1553	0,782
Curitiba	434.892 km ²	1.963.726	R\$ 49.706,64	1	977	0,823
Cruzeiro do Oeste	775.984 km ²	20.962	R\$ 40.132,68	1	1236	0,717
Foz do Iguaçu	618.057 km ²	257.971	R\$ 61.023,61	3	2727	0,751
Francisco Beltrão	735.711 km ²	93.308	R\$ 36.116,23	1	1340	0,774
Guarapuava	3.168,087 km ²	183.755	R\$ 33.639,89	2	1076	0,731
Lapa	2.093,859 km ²	48.651	R\$ 37.484,15	1	NI	0,706
Londrina	1.652,569 km ²	580.870	R\$ 37.912,12	4	3529	0,778
Maringá	487,012 km ²	436.472	R\$ 45.583,78	3	2140	0,808
Piraquara	227,042 km ²	116.852	R\$ 12.388,67	7	6797	0,700
Pinhais	60.869 km ²	134.788	R\$ 48.884,67	1	711	0,751
Ponta Grossa	2.054,732 km ²	358.838	R\$ 44.361,09	2	1498	0,763
São José dos Pinhais	946.435 km ²	334.620	R\$ 92.666,20	1	1099	0,758

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Legenda: P- Penitenciárias

NP- Número de presos

NI- Não informado

Os dados foram obtidos no site do Departamento Penitenciário do Paraná, sendo possível identificar os municípios deste estado e a quantidade de penitenciárias em cada um deles. Para realizar uma análise mais aprofundada, buscou-se dados do IBGE Cidades (área territorial, população estimada, PIB *per capita*, IDH) e do INFOPEN/2021 (número de presos), onde foi verificado que o município de Piraquara possui o maior número de penitenciárias e, conseqüentemente, a maior população carcerária do estado do Paraná. Os presos estão distribuídos em sete unidades prisionais, divididas em regime fechado, semiaberto, provisório e medida de segurança, dos quais, apenas um é feminino (DEPEN-PR), totalizando 6.797 presos (INFOPEN, 2021). Também foi possível perceber que Piraquara possui o menor PIB *per capita* e o menor IDH dentre os 13 municípios com penitenciárias.

Em razão de suas características ambientais, por muito tempo o referido município de Piraquara teve características de “município dormitório”. Os moradores só iam às suas casas para dormir, já que toda oferta de emprego e serviços, em geral, se concentrava somente na capital Curitiba, o que acabou atrasando seu desenvolvimento econômico. Nas duas últimas décadas, muitas têm sido as políticas implementadas para mudar esta situação e aumentar o PIB da cidade. O fator de abrigar o sistema penitenciário, por muitos anos inibiu investimentos de possíveis comércios na cidade, os quais associavam o grande número de penitenciárias a uma possível insegurança no município.

O fato de pertencer aos 100 municípios mais pobres do Brasil, decorrente de sua baixa renda *per capita* e de seus índices na área da saúde, assistência social e educação, agregados ao fato de abrigar a maior população carcerária do estado do Paraná, deixam Piraquara numa situação de vulnerabilidade.

Scott *et al.* (2018) realizaram uma revisão sistemática de literatura para investigar a concepção de vulnerabilidade social abordada na área de Psicologia. Os dados encontrados foram divididos em três categorias temáticas: “vulnerabilidade social como exposição a riscos; vulnerabilidade social a partir de aspectos demográficos e/ou socioeconômicos; vulnerabilidade social a partir de uma noção multidimensional” (p. 607).

A primeira delas expõe que a vulnerabilidade está associada, entre outras questões, a situações desfavoráveis que podem afetar os indivíduos e suas famílias. A segunda, aplica o termo vulnerabilidade com base nas condições de saúde e de privação, ou dificuldade no acesso a direitos sociais. Defende que a vulnerabilidade social surge quando os recursos materiais não são suficientes para manter as pessoas que deles necessitam. E a terceira categoria apresenta a vulnerabilidade social como um conjunto de fatores que pode afetar o bem-estar das pessoas, resultando em maior exposição ao risco. Nesta categoria, a vulnerabilidade social extrapola as questões financeiras, sendo que os diferentes fatores que compõem a estrutura social devem ser analisados.

Considerando as contribuições de Scott *et al.* (2018), pode-se afirmar que Piraquara pode ser visto nas três categorias de vulnerabilidade social apresentadas na literatura. Tendo em vista que há questões relacionadas à exposição de riscos no convívio entre os diferentes grupos, o município apresenta dificuldades em ofertar os direitos sociais básicos, fato confirmado pela sua inclusão no G100 e toda a sua contextualização, que para além dos dados socioeconômicos pode resultar em vulnerabilidade.

Para amenizar as situações resultantes em vulnerabilidade social, a oferta da educação é realizada com muito compromisso e dedicação, haja vista a extensão e qualidade dos textos que compõem o *Plano Municipal de Educação 2015-2025* (PIRAQUARA, 2015). Cabe destacar que, mesmo com os limites socioeconômicos impostos ao município, a educação é uma das frentes do governo municipal.

O município de Piraquara oferta a educação básica, organizada nas etapas de Educação infantil (creche, pré-escola) e Ensino Fundamental (anos iniciais 1º ao

5º ano), e nas modalidades de Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial, de acordo com o que preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96, documento que organiza o Sistema Educacional brasileiro.

A rede municipal de ensino de Piraquara - PR possui 21 escolas que atendem a primeira etapa do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), uma escola de educação básica na modalidade de educação especial e 18 Centros Municipais de Educação Infantil- CMEIs, sendo que no ano 2019, o número de estudantes era o seguinte:

Tabela 2- Número de estudantes em Piraquara- 2019

Modalidade/etapa	Estudantes
Ensino Fundamental	8.003
Educação Infantil	3.185
Educação Especial	110
Educação de Jovens e Adultos	123
Total:	11.421

Fonte: Documentação Escolar- SMED, 2020.

A rede municipal de ensino de Piraquara teve 11.421 matrículas no ano de 2019. Estima-se que entre estes estudantes, muitos sejam o público alvo desta pesquisa, isto é, crianças filhas de pais encarcerados. No entanto, até o momento se desconhece a existência de dados de identificação dos mesmos ou alguma política específica de atendimento.

No ano de 2019 o município pesquisado possuía professores concursados em todas as etapas e modalidades de ensino, apresentando regulamentações próprias para definição do número de estudantes por turma. Há uma política de educação inclusiva voltada exclusivamente para estudantes com deficiências e transtorno do espectro autista, não apresentando nada específico para crianças em situação de vulnerabilidade, como as crianças filhas de pais encarcerados (PIRAQUARA, 2015).

Na tentativa de identificar políticas voltadas para este público (filhos de encarcerados), bem como possíveis levantamentos, foi realizada uma busca no site da Prefeitura Municipal de Piraquara/ Secretarias/ Educação/ Legislação. Entre os documentos disponíveis, são elencados dois que poderiam conter alguma informação específica, sendo eles: Plano Municipal de Educação (Lei municipal n. 1.491/2015) e o Decreto de vagas para a Educação infantil.

No Plano Municipal de Educação, foram analisadas as metas e estratégias para a Educação infantil e Ensino Fundamental- I etapa, sendo que não foi identificada nenhuma ação específica para o público alvo desta pesquisa. Outro documento analisado foi o Decreto n. 7.763/2019, “que define as diretrizes do processo de cadastro, atendimento, lista de espera, matrícula e transferência das crianças da educação infantil, nas instituições de ensino públicas municipais que ofertam a referida etapa da educação básica” (PIRAQUARA, 2019), no qual também não há nenhuma menção a este público.

A partir da análise do site e destes documentos específicos, fica evidenciada a invisibilidade dos filhos de encarcerados no município de Piraquara, tanto no que se refere a levantamentos quanto na implementação de políticas públicas educacionais. No estudo realizado por Gonçalves *et al.* (2019), os autores sustentam que esta é a condição de todo Brasil, onde os filhos de encarcerados são tratados sem meio aos demais sem distinção.

Pouco sabemos a respeito de quem são, onde estão, como estão sendo atendidos pelos ambientes escolares, quais são suas necessidades e quais as políticas públicas voltadas a elas (STELLA, 2009). Confirma-se a afirmação de Dornellas (2019) de que crianças filhas e filhos de encarcerados, são uma população esquecida pela sociedade em geral, “se são invisíveis quanto aos dados, nem é preciso mencionar quanto às políticas públicas, que nem passam por eles” (SANTOS; SOUSA, 2020, p.578).

Para pensar num programa educacional direcionado aos filhos de encarcerados é necessário saber quem são eles e suas principais características, tais como gênero, raça, idade, etapa ou modalidade de ensino que frequentam e atividades ofertadas a eles em contraturno escolar, entre outras questões. Assim, este trabalho se propõe a fazer esta identificação no município de Piraquara-Pr.

Durante o período de realização desta pesquisa, não foi encontrado, em território nacional, nenhum programa educacional específico para este público. Todavia, identificou-se o “Projeto Amparando Filhos”, o qual surgiu a partir do poder judiciário do estado de Goiás, idealizado pelo Juiz Fernando Augusto Chacha de Rezende. Este projeto tem como objetivos acompanhar e apoiar crianças e adolescentes filhos de mulheres encarceradas nos presídios, relacionado ao seu desenvolvimento como um todo, buscando evitar a intergeracionalidade carcerária através das seguintes ações:

1. Identificar entre a população carcerária feminina as que são mães e, após, seus filhos.
2. Em seguida, determinar, nos termos do art. 153 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, visita da equipe multidisciplinar da Rede de Proteção à residência da criança ou adolescente e observar as Regras Mínimas para Mulheres Presas (65ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas).
3. Sequencialmente, estabelecer o plano de atendimento e, se o caso recomendar, as medidas específicas de proteção estipuladas nos incisos do parágrafo único do art. 100 do Estatuto da Criança e do Adolescente.
4. Articular com a Rede de Proteção o amparo pedagógico, psicológico, afetivo e financeiro – com a sociedade civil organizada – para que o menor continue saudável e em pleno desenvolvimento físico, mental, social e moral.
5. Regularizar, se o caso recomendar, a “posse de fato” do menor, para que o guardião passe a responsabilizar-se pela definição e contornos atinentes à assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente.
6. Buscar parcerias para amparar os adolescentes quanto à formação profissional;
7. Solidificar a participação da sociedade civil organizada, inclusive, no que diz respeito ao apadrinhamento material (GOIÁS, 2015-2017, p. 15).

A educação é a porta de entrada para uma vida mais digna destas crianças. Nesse sentido, cabe refletir a respeito do direito à educação, especialmente no tocante à qualidade do ensino ofertado. Vale destacar que encontrar informações a respeito de crianças filhas de pais presos é um grande desafio, pois um dos pais ou os dois podem estar presos e, para os familiares, é uma dificuldade abrir tais informações porque temem serem vítimas de preconceito e discriminação (DORNELLAS, 2021). Portanto, o foco desta pesquisa voltou-se aos professores, presumindo que a escola é o espaço de maior convivência das crianças depois de suas famílias.

JUSTIFICATIVA

Como moradora e professora da rede municipal de ensino de Piraquara, convivi sempre com a questão do sistema prisional, ainda mais por ser filha de um agente penitenciário que trabalhou no referido município por mais de 30 anos, e que hoje se encontra aposentado do cargo. As histórias “da cadeia”, nomenclatura utilizada por ele, sempre fizeram parte do meu cotidiano desde a infância, trazendo inquietações diante dos relatos ouvidos rotineiramente.

Neste município por muito tempo, o sistema prisional foi o maior gerador de empregos formais, sendo que uma grande parte dos moradores ou trabalhava dentro dele ou tinha parentes que lá atuavam. As histórias de fugas e rebeliões sempre permearam e ainda permeiam meu cotidiano.

Considerando que este município possui o maior complexo prisional do Paraná e, conseqüentemente, o maior número de encarcerados, notou-se a necessidade de olhar para as crianças que estão nestas famílias de forma que as mesmas tenham seus direitos garantidos e que possam, através da educação e políticas complementares, superar as marcas que o cárcere de seus pais possa lhes impor (STELLA, 2009b; SANTOS; SOUSA, 2020).

Há ainda a necessidade de produzir conhecimento através da realização de pesquisas, a respeito das crianças filhas de pais encarcerados, de forma a tirá-las da invisibilidade chamando a atenção da sociedade para que seus direitos sejam efetivamente garantidos.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

- Identificar e caracterizar as crianças filhas de pais encarcerados, estudantes na rede municipal de ensino de Piraquara-Pr, do ano de 2019 e seus professores.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Traçar o perfil dos professores participantes da pesquisa;
- Identificar junto aos professores os principais comportamentos apresentados pelas crianças no ambiente escolar e sua relação com o encarceramento;
- Verificar a percepção dos participantes quanto ao desempenho acadêmico das crianças.

CAPÍTULO 1- O DIREITO À EDUCAÇÃO E A BUSCA POR UMA ESCOLA JUSTA QUE SUPERE AS DESIGUALDADES

No artigo 205 da Constituição Federal, a educação é definida como direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988). A garantia desse direito ainda é um desafio para todos os gestores em educação, especialmente a pública, considerando que o direito à educação precisa ser visto para além de seu âmbito individual, pois a “qualificação de cada cidadão contribui diretamente para o desenvolvimento econômico, político e social de toda a sociedade” (SANTOS; SOUZA, 2021, p. 5).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 e o Plano Nacional de Educação se constituem enquanto documentos importantes que tratam do papel do Estado no direito à educação, considerando que tal direito não é apenas de se matricular na escola, mas de permanecer e aprender nela.

O primeiro Plano Nacional de Educação tinha como prazo inicial de vigência o período de 2001 a 2010. No entanto, com as muitas emendas parlamentares protocoladas junto ao texto original do projeto de lei, o mesmo passou a vigorar somente em 2014, após a aprovação da Lei n. 13.005/2014. Destaca-se que os maiores entraves foram em relação ao financiamento da educação, uma vez que este PNE não conseguiu atingir as metas propostas, bem como não representou as reais necessidades e reivindicações da sociedade civil (DUARTE; MENDES, 2018).

Em atendimento a uma disposição constitucional, o Plano Nacional de Educação-PNE tem duração decenal. Assim sendo, em 2014 passou a vigorar o segundo plano, com vigência até o ano de 2024. Pressupondo os percalços do primeiro PNE, muitas expectativas foram depositadas em cima deste segundo de forma que os problemas do primeiro fossem superados. Prevendo um avanço no que se refere especialmente ao cumprimento das metas, o PNE atual contém metas com prazos e percentuais estabelecidos a serem alcançados no decorrer da década (DUARTE; MENDES, 2018).

Estudos têm confirmado que o PNE atual não tem cumprido seu propósito. Duarte e Mendes (2018) explanam que muitos artigos, metas e estratégias não foram cumpridas, evidenciando um distanciamento entre aquilo que foi proposto e o

que vem sendo efetivado. O que era uma esperança para a educação enquanto uma política de estado tornou-se letra morta, visto a crise econômica e política presente no Brasil, ao menos, na última década (AZEVEDO; OLIVEIRA, 2020).

Santos e Souza (2021) realizaram um estudo para analisar a efetivação do direito à educação, sobretudo ao acesso e permanência nela, verificando como está o cumprimento das metas 1, 2 e 3 do PNE em vigência e os resultados dos índices de desenvolvimento da educação básica de 2019, principalmente no que se refere à qualidade. Sua pesquisa evidenciou que apenas 35,7% das crianças de 0 a 3 anos frequentam a creche, sendo que a meta objetiva 50%, no mínimo, até 2024. No que trata da pré-escola, 6,2% das crianças na faixa etária de 4 a 5 anos de idade estão sem acesso à educação, evidenciando que a meta 1, até o momento, não foi cumprida. Em relação à meta 2, que versa sobre o ensino fundamental, apenas 6% das crianças com idade entre 6 a 14 anos permanecem sem acesso à escola, sendo que 16,2% destes possuem distorção idade-ano, ou seja, estão atrasados em relação a sua idade e ano que frequentam. As autoras concluem que no ensino fundamental está próxima a universalização da vaga, no entanto, é necessário superar a reprovação e reduzir a distorção idade-ano. Já no ensino médio, meta 3, 7,5% dos estudantes de 15 a 17 anos se encontram fora da escola, com uma taxa de distorção idade-ano de 26,2%.

A partir deste estudo, é possível evidenciar que o fato de o acesso à educação estar garantido na Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9394/96 e especialmente no PNE, não garante que todas as crianças e adolescentes brasileiras estejam nos bancos escolares.

Oliveira e Araújo (2005) apresentam três significados distintos para qualidade na educação, são eles: a) A escolarização, intencionalmente, era oportunizada a poucas pessoas. Frequentava a escola apenas uma minoria privilegiada, para os quais a definição de qualidade estava dada pela possibilidade ou impossibilidade de acesso. Incorporado este indicador de qualidade na cultura escolar, iniciou-se a política de expansão da oferta pela ampliação das vagas, onde os políticos se esforçaram para conseguir construir escolas para todos. No entanto, esta ampliação gerou dificuldades no prosseguimento dos estudos desses novos estudantes da escola pública, já que não tinham as mesmas experiências culturais dos grupos que tinham acesso à escola anteriormente;

b) Elevação de vagas para ampliação do acesso à educação, onde passou-se a comparar a quantidade de estudantes que entravam e aqueles que saíam do sistema de ensino, este comparativo garantiria a qualidade da escola. Caso “a saída se mostrasse muito pequena em relação à entrada, a escola ou o sistema como um todo teria baixa qualidade” (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2005, p. 10). E c), um indicador de qualidade é medir a capacidade cognitiva dos estudantes, através de testes padronizados em larga escala. Busca-se quantificar se os estudantes aprenderam ou não os conteúdos que foram transmitidos. Apesar das críticas impostas a estes indicadores, os resultados têm demonstrado que a ampliação do acesso não eliminou as desigualdades. Estes autores sinalizam que para além de se redefinir as políticas de financiamento da educação,

(...) é preciso pensar de forma articulada num conjunto de indicadores que permita configurar uma escola e um ensino de qualidade numa perspectiva que abranja insumos, clima e cultura organizacional e avaliação. Ou seja, é preciso pensar numa política de melhoria da qualidade de ensino que articule insumos e processos (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2005, p. 20).

Uma possibilidade de indicadores é apresentada no documento intitulado “Indicadores da qualidade na educação”, organizado pela UNICEF, PNUD, INEP-MEC (2004). Neste, estão dispostas sete dimensões que poderão mensurar a qualidade de uma instituição de ensino, sendo elas intituladas como: ambiente educativo, prática pedagógica, avaliação, gestão escolar democrática, formação e condições de trabalho dos profissionais da escola, ambiente físico escolar e acesso, permanência e sucesso na escola. Este documento defende que a própria comunidade escolar definirá e “dará vida” às orientações sobre qualidade na escola. Cada dimensão possui um conjunto de indicadores que são regularmente avaliados por toda a comunidade escolar. Os indicadores são avaliados por perguntas a serem respondidas coletivamente, onde, após a avaliação das dimensões, a comunidade escolar analisa os dados obtidos e planeja ações que visem superar as dificuldades identificadas.

Gadotti (2015) concorda com o conceito de qualidade apresentado por Oliveira e Araújo (2005), ao afirmar que inicialmente a escola pública foi ofertada a poucos estudantes, sendo considerada boa para estes poucos. No entanto, amplia a discussão ao reconhecer que:

Qualidade significa melhorar a vida das pessoas, de todas as pessoas. Na educação a qualidade está ligada diretamente ao bem viver de todas as nossas comunidades, a partir da comunidade escolar. A qualidade na educação não pode ser boa se a qualidade do professor, do aluno, da comunidade é ruim. Não podemos separar a qualidade da educação da qualidade como um todo, como se fosse possível ser de qualidade ao entrar na escola e piorar a qualidade ao sair dela (GADOTTI, 2015, p. 2).

À medida em que a escola pública foi sendo universalizada, chegando aos mais pobres, precisou se adequar a este novo público. Com isso, surgiu a necessidade de investimentos na qualidade sociocultural, ou seja, investir nas condições que proporcionassem acesso e permanência na escola, tais como: transporte, saúde, alimentação, vestuário, cultura, esporte e lazer (GADOTTI, 2015). Cabe manifestar que a educação não se dá de forma isolada, ignorando o contexto social dos seus participantes, a “qualidade da educação é o resultado das condições que oferecemos a ela” (GADOTTI, 2015, p. 5). Quanto mais oportunidades sociais, culturais, entre outros, a criança tiver, melhor desempenho ela terá na escola.

A educação à qual se refere Gadotti (2015), é aquela defendida por Freire (1997), uma educação emancipadora como direito humano, em que a qualidade ultrapasse os saberes curriculares, apontando para uma formação cidadã.

Santos e Souza (2021) concluem que, para além dos números de acesso não serem os desejados e esperados no PNE, os resultados do IDEB (fluxo escolar a partir da aprovação dos estudantes informados no censo escolar e as médias de desempenho em língua portuguesa e matemática, avaliadas pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB) revelam um pequeno avanço na qualidade do ensino, haja vista os índices obtidos na avaliação de 2019.

Como apontado até aqui, os documentos legais objetivam garantir a oferta da educação com qualidade a todas as crianças do território brasileiro. Contudo, citar esse direito na legislação não garante que se concretize nas práticas pedagógicas escolares, nem mesmo nas políticas educacionais efetivadas nos municípios. É necessária a atuação do Estado na criação de políticas que materializem esse direito em ações (SANTOS; SOUZA, 2021).

Vale ressaltar que a educação básica foi universalizada a partir da Emenda Constitucional n. 59/2009, na qual a escolarização de crianças a partir de quatro anos passou a ser obrigatória, chegando até os adolescentes com 17 anos. O fato da educação até 2009 ser obrigatória apenas para o ensino fundamental, certamente traz impactos até os dias atuais, os quais ainda precisam ser superados

pela educação, especialmente pela educação pública em nosso país (SANTOS, SOUZA, 2021).

A escola é uma das mais importantes instituições produzidas pela sociedade, porém, está longe de ser um espaço que dá conta de cumprir seu papel social. Ao contrário disso, sua estrutura foi sendo estabelecida de forma a fortalecer os processos de exclusão daqueles que não acompanham sua rigidez (NUNES, 2018). Assim, pode-se afirmar que este espaço é de contradição, pois:

Com efeito, a exclusão escolar é o resultado “normal” da extensão de uma escola democrática de massa que afirma ao mesmo tempo a igualdade dos indivíduos e a desigualdade de seus desempenhos. Nesse sentido, a escola integra mais e exclui mais que antes, apesar de seus princípios e de suas ideologias, e funciona cada vez mais como o mercado, que é, em sua própria lógica, o princípio básico da integração e da exclusão (DUBET, 2003, p. 44).

Dubet (2004) apresenta algumas questões referentes ao que é uma escola justa e como alcançá-la. Em seu estudo, afirma que tratar todos os estudantes da mesma forma não é uma garantia de escola justa, considerando que cada um chega à escola de uma maneira, tiveram vivências e experiências diferenciadas até aquele momento e, por isso, são requeridas diferentes relações com o conteúdo elaborado e transmitido pela escola.

Os estudantes desfavorecidos podem ser duplamente penalizados, podendo ser mais fracos, se considerar suas experiências com aquilo que será valorizado, aprendido nos ambientes escolares e poderão ser estigmatizados em razão de sua origem social (CRAHAY; BAYE, 2013).

Neste sentido, cabe pensar a respeito da criança filha de pais encarcerados, não sendo suficiente identificá-la na rede municipal de ensino de Piraquara, pois “o problema da exclusão não é apenas saber, de maneira mais ou menos incisiva, quem é excluído, mas de conhecer também os processos e os efeitos dessa exclusão sobre os atores” (DUBET, 2003, p. 34). Se a escola exclui de maneira geral, há que se considerar que estudantes que já trazem consigo o estigma de ser filho de encarcerado, possivelmente sofrerão de forma mais acentuada as marcas da exclusão.

Para Crahay e Baye (2013), o “sucesso escolar é, portanto, ainda hoje, o campo de um determinismo social gerador de desigualdades, o que autoriza a

concluir que não existe em nenhum lugar uma escola plenamente justa e eficaz.” (p. 878).

Ao considerar estudos realizados (CRAHAY; BAYE, 2013; DUBET, 2003) pode-se dizer que está na natureza da escola reproduzir as desigualdades sociais e produzir desigualdades escolares. Se a escola pode produzir desigualdades para os estudantes de maneira geral, o que dizer daqueles que são filhos de pais encarcerados? Assim, pode-se perguntar: o que é uma boa escola para as crianças filhas de pais encarcerados?

Uma boa escola para crianças filhas de pais encarcerados é uma escola que é boa para todos! Uma escola pensada e organizada para atender todas as diferenças de forma que uma criança possa aprender com a outra, em que um adulto ensina e aprende dentro e fora da sala de aula, onde todos os espaços escolares são educativos. As relações estabelecidas no processo ensino-aprendizagem superam as burocracias tolas, pois tudo que se faz nesta escola objetiva valorizar as pessoas, independentemente de sua idade, raça, cor, gênero, deficiências, transtornos ou qualquer outra diferença possível. Uma boa escola acolhe, abraça, ensina o conteúdo, mas sobretudo ensina a ser gente.

Escola é ...
o lugar que se faz amigos.
Não se trata só de prédios, salas, quadros,
Programas, horários, conceitos...
Escola é sobretudo, gente
Gente que trabalha, que estuda
Que alegre, se conhece, se estima.
O Diretor é gente,
O coordenador é gente,
O professor é gente,
O aluno é gente,
Cada funcionário é gente.
E a escola será cada vez melhor
Na medida em que cada um se comporte
Como colega, amigo, irmão.
Nada de “ilha cercada de gente por todos os lados”
Nada de conviver com as pessoas e depois,
Descobrir que não tem amizade a ninguém.
Nada de ser como tijolo que forma a parede,
Indiferente, frio, só.
Importante na escola não é só estudar, não é só trabalhar,
É também criar laços de amizade,
É criar ambiente de camaradagem,
É conviver, é se “amarrar nela”!
Ora é lógico...
Numa escola assim vai ser fácil!
Estudar, trabalhar, crescer,
Fazer amigos, educar-se, ser feliz.

É por aqui que podemos começar a melhorar o mundo.

(Paulo Freire)¹

Nunes (2018) apresenta uma proposta para a educação e a escola, organizada em três dimensões, sendo elas: a humanização, cidadania e trabalho socialmente produtivo. Entende-se por humanização a promoção do desenvolvimento humano, o qual ocorre a partir do processo de desenvolvimento e de apropriação daquilo que se reconhece como humanidade, sendo que educar e humanizar são sinônimos. A criança possui direito de estar na escola e o direito de aprender nela, independentemente de suas diferenças, afinal, a escola é para todos e deve estar organizada a fim de contemplar de forma compromissada e responsável todas as necessidades que sua comunidade possa apresentar.

Falar de educação escolar implica refletir a respeito do professor, pois este é o sujeito que possui contato direto com as crianças e, portanto, é o responsável em articular todo o trabalho pedagógico a ser realizado nestes espaços.

1.1 PROFESSOR: PROFISSIONAL COM IDENTIDADE DOCENTE EM CONSTANTE FORMAÇÃO

O professor tem sua identidade docente constituída ao longo de sua vida, a partir de suas vivências, oportunidades individuais e coletivas, que ocorrem de forma evolutiva e cumulativa. Aqui, identidade não é entendida como um atributo fixo de uma pessoa, mas um fenômeno relacional (GARCIA, 2009).

Importante considerar que o docente é um sujeito que foi formado e está em formação, onde todas as suas experiências (sociais, políticas, econômicas, culturais, etc.) o fazem resultar no profissional hoje em atuação. O professor é um intelectual do pensar, do saber e do fazer (VASCONCELLOS; BERNARDO, 2016). Diferentes imagens são atribuídas à docência, o que contribui para a confusão em torno de sua profissionalização, bem como a história deste profissional no Brasil.

No ano de 2002, foram definidas as Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores para a Educação Básica no Brasil, como uma tentativa de padronizar as diferentes formações oferecidas aos docentes e, especialmente, desenvolver sua

¹ Poema de Paulo Freire, recuperado de: <http://www.rizoma-freireano.org/poema0808/a-escola-paulo-freire>

autonomia intelectual e profissional. Em 2015, novas diretrizes foram publicadas, enfatizando, entre outras questões, a necessária articulação entre a educação básica e o ensino superior. As diretrizes apontavam importantes avanços para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica. Cabe destacar que estas diretrizes vinham ao encontro daquilo proposto no Plano Nacional de Educação (DOURADO, 2015). E, em 2019, surgiu uma nova proposta de alteração através do parecer do CNE n. 22, que apresentava retrocessos nesta área, a considerar a supervalorização da prática em detrimento da teoria (MARQUES *et al.*, 2021).

No entanto, a formação dos professores nos cursos de formação superior permaneceu sendo ofertada de maneira diversa, o que comprova que as diretrizes não cumpriram seu papel.

Sem o direcionamento de uma política de formação docente em nosso país, a profissão docente é formada, em sua maioria, por pessoas que muitas vezes não conseguiram adentrar o mercado de trabalho de outras profissões consideradas mais exigentes do ponto de vista do conhecimento científico, e acabam sendo atraídas pelo exercício do magistério pela sua facilidade na conclusão de curso superior e fácil entrada no mercado de trabalho (LOUZANO *et al.*, 2010).

A docência é uma atividade diretamente atrelada ao interesse público, portanto, normatizada pelo Estado. Cabe a ele olhar para este profissional de forma a promover sua profissionalização e ascensão. A formação de professores é um problema político e não apenas técnico ou institucional, pois a imagem da profissão docente é a imagem das suas instituições de formação (NÓVOA, 2017).

Considerando a grande diversidade nos currículos de professores no Brasil, fica sob responsabilidade de cada instituição de ensino superior definir o modelo que seguirá. Contudo, o fato de os currículos não estarem articulados a uma política maior de formação, reverbera em muitas lacunas que ficam sem serem preenchidas, evidenciando a falta de uma articulação entre o que se aprende e o que se faz.

A formação de professores, inicial ou continuada, deve ser uma política contínua e incansável. A qualidade na educação não pode ser boa se a qualidade do professor, do estudante, da comunidade for ruim. Assim como não basta melhorar um aspecto para melhorar a educação como um todo (GADOTTI, 2013).

Em Piraquara, até 2021 todos os níveis (Educação Infantil e Ensino Fundamental I etapa) e modalidades (Educação de Jovens e Adultos e Educação

Especial) eram atendidos por professores concursados, sendo que o maior número desses estava concentrado no Ensino Fundamental – nível de ensino que corresponde ao maior número de matrículas (PIRAQUARA, 2015).

No referido município, historicamente é ofertado um intenso cronograma de formação continuada em serviço. Nos momentos de hora-atividade, os professores estudam e planejam suas atividades em suas instituições de atuação com apoio dos coordenadores pedagógicos (pedagogos). Também são convocados para atividades externas na Secretaria Municipal de Educação, onde se aprofundam nas diferentes áreas do conhecimento (PIRAQUARA, 2015).

No período de 2017 a 2020, a oferta de formação continuada se deu em grupos pequenos de formação, onde as 22 escolas foram divididas em cinco grupos, cada qual com uma coordenadora formadora que atuava nas diferentes áreas do conhecimento (língua portuguesa, matemática, história, geografia, ciências, arte, educação física e letramento literário) e diferentes temáticas. A organização utilizada permitiu que os conhecimentos fossem trabalhados de maneira integrada, possibilitando o aprofundamento das reflexões. Foi investido em atividades que proporcionaram a ampliação de repertório dos professores, com vistas a possibilitar aulas de campo em locais culturais e constante contato com as diferentes manifestações artísticas, pois à medida que o professor amplia seu olhar, ele possibilita esta ampliação também aos seus estudantes.

Somado a isso, pesquisas comprovam que Piraquara é uma referência em valorização profissional, ao considerar que a formação dos professores, remuneração e condições de trabalho são os principais referenciais (CORDEIRO; GOUVEIA, 2021; GROCHOSKA; GOUVEIA, 2020). No entanto, os índices do IDEB, por exemplo, têm mostrado que o município apresenta um baixo aproveitamento dos estudantes dos conhecimentos trabalhados, considerando a reprovação e a permanência na escola.

Após discorrer sobre o direito à educação, onde evidenciou-se que todas as crianças possuem tal direito garantido na legislação, mas nem sempre efetivado de fato, bem como a respeito do professor que tenta efetivar este direito através das suas práticas no interior das instituições de ensino, o próximo tópico trata da temática principal desta pesquisa.

1.2 UMA REVISÃO NARRATIVA A RESPEITO DE CRIANÇAS DE PAIS ENCARCERADOS

Na revisão narrativa ² de literatura realizada verificou-se um expressivo número de publicações em torno das mulheres presas (FERRARI, 2010; SILVA; TIELLET, 2020; BARROS; BITENCOURT, 2020; GIULIANI *et al.* 2019), das mulheres presas que deram a luz dentro dos estabelecimentos prisionais e vivem com seus filhos no interior da prisão (SANTOS *et al.*, 2021; SANTOS; SOUSA, 2020; STELLA; SEQUEIRA, 2015; ORMEÑO; PEREIRA, 2015; DURIGAN, 2015; AMARAL; BISPO, 2016; BRAGA, 2015); com poucos estudos focados em seus filhos (ARAÚJO *et al.*, 2020; GONÇALVES *et al.*, 2019; FLORES; SMEH, 2018) e apenas quatro tratando a relação destas crianças com a escola (KOSMINSKY *et al.* 2005; STELLA, 2009a; SANTOS; SOARES, 2009; ARLAN; OGUZ, 2020; VILAR; ORMEÑO, 2021).

Aprofundando este tema carente de publicações, podem ser elencadas – a partir dos achados na literatura e indicados por Stella e Sequeira (2015) – ao menos quatro categorias de filhos de encarcerados: aqueles que nasceram e moram nas prisões em virtude de sua mãe ter sido presa grávida ou ter engravidado enquanto estava presa; aqueles que moram fora do ambiente prisional; crianças que moram em abrigos; e, por último, crianças que desconhecem a situação de encarceramento de seus pais.

1.2.1 Crianças nascidas dentro do sistema prisional

A Lei n. 11.942/2009, apresenta a garantia de que os estabelecimentos penais destinados a mulheres terão berçário, onde as condenadas poderão cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no mínimo até 6 (seis) meses de idade, bem como estes locais terão seção para gestante/ parturiente e de creche para abrigar crianças maiores de 6 meses e menores de 7 anos, com a finalidade de cuidar da criança cuja responsável estiver presa (BRASIL, 2009).

Desta forma, crianças que nascem na prisão têm direitos conquistados na legislação, os quais garantem sua permanência com suas mães dentro destes

² “Constituem, basicamente, de análise da literatura publicada em livros, artigo de revista impressa e /ou eletrônicas na interpretação e análise crítica pessoal do autor” (ROTHER, 2007, p.5).

espaços (DURIGAN, 2015; SANTOS; SOUZA, 2020; SANTOS *et al.*, 2021; ARAÚJO *et al.*, 2020). No entanto, isso nem sempre ocorreu, ainda mais se levado em conta que, na maioria das vezes, a criança, ao completar seis meses de idade, é encaminhada para o cuidado de algum familiar, pois a instituição não possui instalações adequadas para crianças maiores (ARAÚJO *et al.*, 2020).

A pesquisa realizada por Araújo *et al.* (2020) confirma que mesmo a lei garantindo a permanência de crianças até aos sete anos dentro dos estabelecimentos prisionais, suas mães relatam que após os seis meses as crianças são tiradas do seu convívio, muitas vezes, sem que saibam para onde estão sendo levadas, tampouco sob o cuidado de quem ficarão. Pela falta de condições no estabelecimento prisional as crianças são separadas de suas mães, o que gera um sofrimento para ambas. Isso geralmente acontece de forma abrupta, sem que nenhuma das partes seja preparada, provocando alterações na vida da criança, representadas pela perda da moradia e mudança de cuidador (DURIGAN, 2015).

Ormeño e Pereira (2015) realizaram um estudo com três mães que foram encarceradas grávidas e tiveram seus filhos no interior da prisão. As mães indicaram a falta de condições no estabelecimento prisional para manter seus filhos junto a elas, evidenciando a ambivalência que vivem, pois sofrem querendo que seus filhos permaneçam com elas, mas também reconhecem todas as limitações impostas nesse ambiente, sejam as rigorosas regras, a falta de itens que favoreçam o desenvolvimento infantil ou ainda a falta de convívio social com familiares e demais pessoas.

Araújo *et al.* (2020) evidenciam que fica exclusivamente sob responsabilidade da mãe a estimulação do desenvolvimento das crianças, visto que os estabelecimentos prisionais não possuem uma estrutura diferenciada para atendê-las juntamente com seus filhos.

Destaca-se que para a permanência das crianças junto às mães é necessária uma reestruturação dos espaços e também das relações no ambiente prisional. Isto resultaria no bem estar das mães e, conseqüentemente, de seus filhos, promovendo um desenvolvimento infantil mais adequado (ORMEÑO; PEREIRA, 2015).

Levando em consideração que os espaços prisionais que recebem crianças são iguais aos demais, a criança tem negligenciado seu direito à educação, pois não há atendimento em creche com todas as oportunidades que esta etapa da Educação Infantil poderia ofertar. Assim, o desenvolvimento socioeducacional das crianças que

nascem no interior das prisões merece um olhar diferenciado, tendo em vista que as situações por elas vivenciadas poderão afetá-las ao longo de suas vidas (ARAÚJO *et al.*, 2020).

1.2.2 Crianças que moram fora do ambiente prisional

Como já mencionado, para além das crianças que nasceram e moram nos ambientes prisionais, têm-se aquelas que nasceram antes do encarceramento das mães e/ou pais. A respeito destes, não se tem registro de quantos são nem onde estão (ORMEÑO *et al.*, 2017). Ou ainda, aquelas que nasceram na prisão e após os seis meses de idade foram entregues aos cuidados do pai ou de algum outrocuidador.

Quando o pai é preso, a criança fica sob os cuidados da mãe. Mas quando a mãe é presa, raramente os pais assumem a responsabilidade da guarda dos filhos (KOSMINSKY *et al.*, 2005). Muitas vezes as crianças ficam sob o cuidado da avó materna ou de outros membros da família materna (ARAÚJO *et al.*, 2020). É preciso levar em conta que, em muitos casos, antes do encarceramento, muitas destas mulheres já eram chefes de família e cuidavam de seus filhos sem apoio paterno.

Santos (2006) realizou um estudo a partir da abordagem de mães numa fila de visita a um presídio. Dentre as mães abordadas, selecionou três para um encontro posterior no qual conversou com elas e com seus filhos. As crianças relataram saudades dos pais e o desejo de revê-los, porém, mesmo sendo crianças bem pequenas, descreveram os detalhes dos procedimentos de visita, bem como o desgaste emocional e físico que sofrem nestes dias, evidenciando “de um lado, o direito do presidiário ao contato com seus familiares; de outro, a proteção à criança, prevista no Estatuto da Criança e do adolescente” (p. 600).

Ledel *et al.* (2018) realizaram uma pesquisa com três crianças em idade escolar e suas mães, as quais estavam vivenciando a prisão de seus pais. No estudo, os autores objetivaram avaliar o aprisionamento paterno e suas consequências na organização familiar e no desenvolvimento de seus filhos. Nos três casos analisados, as mães relataram as dificuldades impostas para a realização das visitas ao ambiente prisional com as crianças. Disseram preferir deixá-las em casa do que as expor a situações muitas vezes constrangedoras e vexatórias impostas na entrada do estabelecimento prisional, considerando que os protocolos

para as crianças são os mesmos impostos aos adultos. As autoras evidenciam a importância em:

(...) criar políticas que acolham as crianças nos presídios em dias de visita, pois é esperado que elas não percam o vínculo com os pais, sendo este um fator de proteção para as mesmas e de ampliação das possibilidades de ressocialização dos detentos (LEDEL *et al.*, 2018, p. 114).

Em outro estudo, também realizado a partir do acompanhamento da fila para visita em conjunto penal, Silva e Lines (2019) constataram, através dos relatos das mães, que o comportamento das crianças sofreu alterações após a prisão de seus pais, apresentando choro, nervosismo, isolamento, recusa na realização das visitas, entre outras características.

Kosminsky *et al.* (2005) afirmam que crianças que vivenciam o encarceramento do pai podem apresentar diversas emoções, como o temor, ira, ansiedade, culpa, solidão e tristeza, comportamentos como isolamento e até mesmo baixa no rendimento escolar, questões estas reafirmadas no estudo realizado por Ledel *et al.* (2018). As crianças ainda poderão ter ações consideradas impróprias, tornando-se descontroladas na sala de aula ou apresentando comportamentos antissociais (KOSMINSKY *et al.*, 2005). Essas reações estão relacionadas ao estresse provocado pela separação do pai, o estigma que sofrem pela sociedade devido à prisão dele e também pelo impedimento de relação com a figura paterna (KOSMINSKY *et al.*, 2005; LEDEL *et al.*, 2018).

1.2.3 Crianças em abrigos

A criança livre, mas sem seus pais, é órfã, sofre as consequências psicológicas e emocionais da ruptura abrupta do elo mãe-filho e, por vezes, sem ter sua mãe por perto, fica sujeito a maus-tratos de toda sorte, perpetrados extramuros nos lares de familiares, de amigos ou até mesmo nas entidades de acolhimento institucional (SANTOS; SOUSA, 2020).

Na ausência de familiares aptos aos cuidados necessários, as crianças são institucionalizadas, sendo que em muitos casos as mães perdem o contato com seus filhos (ARAÚJO *et al.*, 2020; SANTOS; SOUSA, 2020). Em alguns casos, as crianças institucionalizadas acabam indo para adoção (SILVA; TIELLET, 2020).

Gonçalves *et al.* (2019) realizaram um estudo com nove crianças e adolescentes institucionalizados que residiam em uma casa de acolhimento, a princípio, em virtude da situação de privação de liberdade materna, no qual evidenciou que o encarceramento afeta o encarcerado e toda a sua família. Ainda, que a separação dos filhos se constitui num trauma que pode repercutir na vida adulta dessas crianças. Os relatos dos participantes demonstram que apesar do rompimento dos laços familiares e da vida com limites e privações proporcionada no interior do abrigo, preferem a instituição, ainda mais quando comparada às condições vivenciadas por eles antes. Dentre os participantes, oito já tinham a mãe fora do estabelecimento prisional e um a mãe havia falecido, porém a falta de condições econômicas da família fazia com que tais crianças e adolescentes permanecessem abrigadas.

1.2.4 Crianças que desconhecem o encarceramento de seus pais

Há ainda um grupo de crianças que desconhece a situação de aprisionamento de seus pais. No estudo realizado por Cúnico *et al.* (2020) feito com 12 apenados, os autores evidenciaram que a ausência dos pais decorrente da privação de liberdade é cercada de histórias que fogem à realidade, de forma a esconder que o pai está preso. As crianças são levadas a acreditar que seu pai está no médico, na escola, trabalho, viajando, etc. Mesmo as crianças que frequentam o ambiente prisional não sabem a real finalidade daquele espaço e o motivo verdadeiro pelo qual seus pais ficam neste local e são impedidos de ir para casa. Os pais justificam que temem retaliações e manifestações decorrentes de preconceito dirigidos a seus filhos, por isso acreditam ser melhor que desconheçam a verdade.

A privação de liberdade não age apenas na pessoa presa, mas também, e de forma ainda mais grave e injusta, sobre sua família. Os filhos são diretamente atingidos nesse cenário, considerando as mudanças que ocorrem em sua rotina familiar (SILVA; LINES, 2019; GONÇALVES *et al.*, 2019). Todo o sistema familiar é afetado em relação ao declínio da situação financeira, rompimento das relações de amizade e de vizinhança, enfraquecimento dos vínculos afetivos, problemas na escolaridade dos filhos e perturbações psicológicas decorrentes da percepção de exclusão social (FLORES; SMEH, 2018; SANTOS, 2006).

Conforme Ledel *et al.* (2018), as crianças entendem o fato que motivou o aprisionamento de seus pais, expressando seus sentimentos através de comportamentos considerados inadequados, baixo rendimento escolar, entre outros sintomas que acabam sendo tratados com indiferença. Com a mudança na organização familiar, a ausência do pai e sobrecarga da mãe, a criança poderá apresentar uma decaída no rendimento escolar, sintomas clínicos e até mesmo depressão.

Em meio a tantas dificuldades vivenciadas pelas crianças filhas de pessoas encarceradas, se faz necessário analisar a influência da escola na vida desses menores, verificando se o processo de escolarização poderá, de alguma forma, mudar sua condição presente e futura.

O preconceito atribuído aos familiares de detentos prejudica o rendimento escolar das crianças, expondo-as à situação de inferioridade nas relações estabelecidas, o que resulta em comportamentos inseguros adotados pelos estudantes em sala de aula (SANTOS; SOARES, 2009).

Lyra e Baumer (2011) apontam que os filhos dos encarcerados podem sofrer preconceito e estigmatização, o que poderá ocasionar sua exclusão social e escolar devido a sua condição de proximidade com seus pais. Frente a isso, as autoras indicam a urgência em realizar mais discussões e reflexões teóricas sobre este tema.

O acompanhamento da vida escolar das crianças, especialmente das pequenas, costuma ser realizado pela mãe. Quando esta fica privada de liberdade, a criança pode ficar sem um acompanhamento escolar efetivo, podendo acarretar prejuízos ao seu desenvolvimento acadêmico. O aprisionamento materno é um fato marcante na vida dos filhos, com um significado social específico e que pode resultar em dificuldades. Com a prisão materna, a criança pode ser alvo de preconceito e experimentar na escola as primeiras formas de exclusão social, estando mais suscetível a problemas escolares e a comportamentos agressivos, podendo apresentar dificuldades de identificação com modelos adultos (STELLA, 2009b).

A mãe concentra a sua atenção naquele que está detido (marido ou filho), deixando de se preocupar com a criança tanto na escola como fora. Considerando esses fatores, observa-se que a detenção agrava a situação de pobreza e de exclusão dessas crianças, ampliando a sua situação de vulnerabilidade social. Deste

modo, o aprisionamento dos pais traz um impacto para a vida das crianças, onde sua rotina escolar possivelmente será alterada (LEDEL *et al.*, 2018).

O cárcere coloca em evidência o encarcerado, deixando de lado os demais membros da família, especialmente as crianças. A família fica em torno das necessidades daquele que foi preso, seja para se organizar para o dia da visita, pagar advogado ou para qualquer outra situação. Nesse sentido, Dornellas (2019) contribui dizendo que a estigmatização ligada ao cárcere se estende aos familiares da pessoa presa, os quais sofrem seus efeitos não apenas em relação à comunidade na qual estão inseridos, mas também nas visitas realizadas ao familiar preso, tendo em vista o tratamento que recebe para entrar na unidade prisional. Diante disso, evidencia-se que a pena se estende à família da pessoa presa, a qual passa a sofrer diversos danos colaterais do encarceramento.

Nos dizeres de Cúnico *et al.* (2020):

Mesmo supostamente fora dos muros da prisão, o estigma associado às pessoas encarceradas acompanha os familiares do preso, borrando os limites fronteiriços do que está dentro e do que está fora da prisão. Ao situar os familiares dos presos como também criminosos, a sociedade manipula o estigma do encarcerado a seu favor, o que contribui para a vitimização da família que possui um ente encarcerado (p. 7).

Assim sendo, as crianças podem mudar de instituição escolar, pois em muitos casos as famílias mudam para a cidade onde fica a unidade prisional, tendo que estabelecer novas relações que podem prejudicar seu processo de aprendizagem.

Uma criança que vive num lar marcado pelas dificuldades impostas pelo cárcere de seus pais possivelmente não terá as mesmas possibilidades acadêmicas que outra criança que vive uma realidade diferente. Se os filhos do encarcerado ainda se situam na infância, sequer possuem a compreensão do porquê lhes é furtada a presença paterna ou materna, mas pelo estágio de desenvolvimento psíquico e emocional em que se encontram, graças a ela sofrerão sequelas que podem se tornar irreparáveis (MORAIS, 2016). Sobre isso, Ledel *et al.* (2018, p. 112) afirmam que “grande parte das crianças que possuem pais aprisionados, convivem com a pobreza antes e após a prisão da figura paterna”.

Mas será possível superar as marcas do cárcere nas vidas destas crianças? A escola é um dos ambientes com maior importância na socialização da criança durante essa etapa da vida, podendo contribuir de forma significativa para a

superação das dificuldades por ela vivenciadas (STELLA, 2009a). A escola, através da educação, poderá ofertar um importante apoio às crianças filhas de pais encarcerados, desde que seu ambiente esteja organizado de forma que as respeite e acolha, sendo necessário reconhecer que essas crianças são sujeitos de direitos e que o fato de seus pais estarem numa situação de privação de liberdade não pode impor a elas a negação de seus direitos.

Até o momento, são poucos estudos voltados ao aprofundamento das dificuldades enfrentadas no ambiente escolar e das superações encontradas pelas crianças filhas de pais encarcerados. Kosminsky *et al.* (2005) realizaram um destes estudos em que procuraram conhecer a realidade das crianças a partir da escola e com foco no estudo de apenas duas crianças. Neste, foi constatado que os professores normalizam o tratamento de todos os estudantes, não apresentando diferenças entre um e outro, o que acaba sendo entendido como falta de interesse com aquilo que é vivenciado pelas crianças fora da escola.

Vilar e Ormeño (2021), ao buscarem fundamentação na Pedagogia Social a fim de analisar possibilidades de atendimentos em contraturno escolar para as crianças filhas de pais encarcerados, utilizam-se de Silva (2018) para apresentar outras educações além da educação escolar, que podem contribuir em ações a serem realizadas em contraturno escolar com crianças filhas de pais encarcerados, sendo elas: Educação Popular, Comunitária e Social. As autoras consideram que a Educação Escolar, através das relações estabelecidas no processo de ensino-aprendizagem, trata dos currículos pré-determinados, ou ainda, das Funções didático-pedagógicas (SILVA; SATO, 2019), e que as demais educações podem contribuir com o conhecimento produzido e socializado no interior das instituições de ensino de forma a complementá-lo. Assim, defendem que:

É preciso superar o entendimento de que somente a educação escolar é capaz de formar indivíduos críticos, capazes de atuarem na sociedade em todas as suas frentes. Compreender que as educações se complementam é um grande avanço para aqueles que atuam na educação escolar, a considerar que as educações social, popular e comunitária complementam a educação escolar (VILAR; ORMEÑO, 2021, p.129).

Esse público necessita de um olhar diferenciado para sair da invisibilidade prevaiente nos espaços escolares. O encarceramento dos pais pode trazer marcas no processo de aprendizagem e desenvolvimento de seus filhos. Entretanto,

as dificuldades vivenciadas pelas crianças não poderão ser entendidas como um limite para elas, mas serem superadas através das vivências proporcionadas na escola.

Considerando a inexistência de dados que caracterizam as crianças filhas de pais encarcerados, bem como a falta de ações direcionadas a este público de forma a tirá-los da invisibilidade, é que foi realizada a pesquisa descrita a seguir.

CAPÍTULO 2- PESQUISA E METODOLOGIA

2.1 TIPO DE PESQUISA

Considerando que uma pesquisa pode ter diferentes alcances, esta caracteriza-se como descritiva. As estatísticas descritivas se preocupam em descrever um conjunto de dados (GUEDES, 2016), cujo objetivo básico é o de sintetizar uma série de valores de uma mesma natureza, permitindo uma visão global da variação desses valores. Aliado a isso, são organizados e descritos os dados por meio de tabelas, gráficos e de medidas descritivas.

2.2 PARTICIPANTES

2.2.1 Respondentes do instrumento

No ano de 2019, o município de Piraquara contava com 768 professores concursados. Destes, 553 responderam ao instrumento da pesquisa. A tabela 3, a seguir, apresenta o número total de professores que responderam ao instrumento, separados por etapas e modalidades de ensino.

Tabela 3- Professores que responderam ao instrumento

Modalidades/ Etapas	Professores
Educação de Jovens e Adultos	04
Educação Especial	34
Educação Infantil	208
Ensino Fundamental	305
Não se aplica	02
Total:	553

Fonte: Elaboração própria, 2022

Deste total, 408 professores responderam que tiveram estudantes filhos (a) de encarcerados (a) em sua sala de aula durante sua carreira docente, o que corresponde a 91,45%. Destes, 117 afirmam terem tido este perfil de estudantes no ano de 2019.

2.2.2 Selecionados para a pesquisa

Foram selecionados 117 professores da rede municipal de ensino de Piraquara que afirmaram terem tido crianças filhas de presos em suas salas de aula no ano de 2019. Os professores selecionados para a pesquisa são todos concursados em regime estatutário, exercem funções de regência e corregência nas escolas municipais e Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), coordenação pedagógica, direção, Conselho Municipal de Educação (CME), Associação de Professores do Municipais Piraquara (APMP) e cargos na Secretaria Municipal de Educação.

A média de idade dos participantes é de 39,21 anos (DP de 9,81), sendo que 68,38% se identificam como brancos, 5,98% pretos, 0,85% amarelos e 24,79% como pardos. A predominância é do sexo feminino.

Os professores participantes atuam, em sua maioria, no ensino fundamental (57,26%), seguido pela educação infantil (35,91%), com poucos professores atuando na educação especial (5,98%) e educação de jovens e adultos (0,85%).

2.3 LOCAL

A pesquisa foi desenvolvida na rede municipal de ensino de Piraquara-Pr, a qual é composta pela Educação Infantil, Ensino Fundamental I etapa, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos.

2.4 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS

Esta pesquisa faz parte de um amplo projeto intitulado: “Caracterização de vulnerabilidades, risco e proteção na relação entre pais em situação de cárcere, cuidadores e filhos de encarcerados”, submetido e aprovado pelo Comitê de Ética sob o número CAAE: 17221019.7.0000.010. O instrumento constou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), seguindo as normas éticas de pesquisas da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). (Apêndice 1).

Em 2020, ocupava o cargo de Secretária Municipal de Educação, não encontrando dificuldades para colocar o instrumento da pesquisa em aplicação. No entanto, seguindo as bases do CNS e da gestão educacional do município, pautada

em princípios da gestão democrática, o instrumento que seria aplicado foi apresentado às diretorias de departamentos de Gestão Educacional e Pedagógico, explicando seus objetivos iniciais e obtendo autorização para divulgá-lo junto aos professores da rede municipal de ensino de Piraquara.

Foi elaborado um instrumento dividido em três escalas (partes), sendo que a primeira realiza a caracterização dos professores e de suas respectivas turmas no ano de 2019; a segunda aborda informações sobre a situação penal dos genitores e a terceira contém informações relacionadas às crianças filhas de pais encarcerados. O instrumento foi inserido na plataforma do *Google Forms*. Cabe mencionar que ao final da primeira escala, na pergunta 16, caso o professor não tivesse nenhum estudante filho de pais encarcerados no ano de 2019, o instrumento seria encerrado.

Após elaboração, o instrumento foi submetido à análise de um estatístico, a fim de que o mesmo avaliasse se a forma que as perguntas estavam elaboradas permitiria a coleta adequada dos dados para atender aos objetivos da pesquisa, bem como realizar a análise quantitativa e qualitativa posteriormente. Foram sugeridos alguns ajustes no instrumento, sendo: fechar a possibilidade de respostas curtas, alterando para múltipla-escolha ou caixas de seleção. No entanto, em algumas questões estas possibilidades foram mantidas de modo a considerar o objetivo das questões.

O instrumento foi aplicado num grupo de 10 professores escolhidos de forma aleatória para testagem. Após esta etapa, foi incluída a opção “não se aplica” nas questões 10, 11, 12 e 13 da terceira parte, todas relacionadas à negligência. Em seguida, foi encaminhado o ofício circular n. 201/2020 (Apêndice 2) para todas as instituições de ensino de Piraquara, pelo qual foi solicitado aos professores que estiveram em docência no ano de 2019 respondessem ao instrumento disponível no *link* específico³. (Apêndice 3).

Além disso, foram realizadas algumas ações para ampliar o número de respostas, tais como: divulgação na página de *Facebook* da Secretaria Municipal de Educação; divulgação no grupo institucional de *WhatsApp*; mensagens privadas enviadas aos diretores; produção de um áudio para ser transmitido aos professores e explicação dos objetivos iniciais da pesquisa em reunião on-line, transmitida pelo *YouTube*, no canal da Secretaria Municipal de Educação de Piraquara. Tal reunião

³ Para mais, ver em: <https://forms.gle/A2CGrgEsA7Z6kFWQ6>

foi realizada para tratar de questões administrativas/ pedagógicas com a comunidade escolar.

Foi constatado, após a primeira semana de aplicação do instrumento, que ao divulgar o ofício e o *link* foi feito um recorte dizendo que quem deveria responder eram os professores que estiveram na função docente em 2019. Essa orientação, inicialmente, excluía professores que ocupavam a função de direção e vice direção; professores que ocupavam a função de coordenadores pedagógicos; professores que desempenhavam funções gratificadas na Secretaria Municipal de Educação; professores que desempenhavam outras tarefas na escola/CMEI, como: projeto especial de alfabetização, auxiliar na regência e professor bibliotecário, e ainda professores liberados para atuação no Conselho Municipal de Educação e no sindicato (Associação dos Professores Municipais de Piraquara).

Todavia, foi observado que com este recorte uma parte dos docentes ficaria de fora da identificação. Portanto, foi elaborado e enviado o segundo ofício circular n. 214/2020 (Apêndice 4), orientando que estes professores também respondessem ao instrumento.

Destaca-se que na data da aplicação do instrumento, era também o início da pandemia causada pelo vírus *SARS-CoV-2*. O ano de 2020 e parte de 2021 (até setembro) foram marcados pelo distanciamento social e dispensa das aulas presenciais. Considerando que os professores pouco tiveram contato com seus estudantes de maneira presencial no ano de 2020, foi realizada a orientação de que o instrumento fosse respondido com base no ano letivo de 2019.

Foi utilizado o *Statistical Analysis Software - SPSS- IBM SPSS Statistics 21* para a análise quantitativa das informações obtidas. Com intuito de validar o instrumento, foi aplicado o *alfa de Cronbach (α)*, presumindo que este estima a confiabilidade de uma escala.

A confiabilidade do Coeficiente *alfa de Cronbach* varia entre 0 e 1, sendo que o valor mínimo aceitável é de 0,70 e os resultados substancialmente menores indicam uma escala não confiável (SHIMOYA, 2016; FIELD, 2009). Se a eliminação de um item de uma escala eleva o *alfa de Cronbach*, isso significa que a exclusão deste item aumenta a confiabilidade. Portanto, qualquer item que resulte em valores substancialmente maiores que o *alfa de Cronbach* global talvez precisem ser eliminados para aumentar a confiabilidade da escala.

Examinar a confiabilidade de uma escala significa analisar se ela reflete, consistentemente, o construto que está medindo, ou seja, a consistência de uma medida (FIELD, 2009).

CAPÍTULO 3- DISCUSSÃO SOBRE AS CRIANÇAS FILHAS DE ENCARCERADOS A PARTIR DO OLHAR DOS PROFESSORES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

Inicia-se a reflexão a partir dos dados obtidos quanto à confiabilidade da pesquisa realizada, com intuito de verificar a consistência do instrumento aplicado junto aos professores. A seguir, apresenta-se a confiabilidade obtida em cada escala do instrumento aplicado:

Tabela 4- Confiabilidade das escalas que compõem o instrumento da pesquisa

Escala	Número de itens	Alfa de Cronbach
Caracterização dos(as) professores(as) e das turmas no ano de 2019	16	0,25
Situação penal dos(as) genitores(as)	2	0,05
Crianças filhas de pais e/ou mães encarcerados	50	0,74

Fonte: Elaboração própria, 2022

Ao analisar a tabela 4, pode-se verificar que a escala “Caracterização dos(as) professores (as) e das turmas no ano de 2019” apresenta o *alfa de Cronbach* abaixo do aceitável. Isso ocorreu possivelmente devido ao baixo número de itens do instrumento, agregado ao fato de que estes estavam medindo diferentes construtos numa mesma escala.

No que diz respeito à escala “Situação penal dos (as) genitores (as)”, observa-se o menor *alfa de Cronbach* medido no instrumento, indicando uma baixa confiabilidade neste grupo de perguntas. Tal fato se sucedeu em razão do baixo número de itens colocados nesta parte do instrumento, pois “à medida que o número de itens da escala aumenta, o valor de α aumentará também” (FIELD, 2009, p. 595). Cabe destacar que a inclusão de apenas duas questões objetivava identificar somente se o pai e/ou a mãe cumpria pena em regime semiaberto ou em regime fechado.

A escala “Crianças filhas de pais e/ou mães encarceradas” foi a que apresentou maior confiabilidade, trazendo uma grande relevância para a pesquisa

realizada. Vale ressaltar que essa escala pode se configurar num importante instrumento a ser aplicado posteriormente em outras pesquisas.

Diante de tais dados, identifica-se que a confiabilidade do instrumento foi baixa em duas escalas, em virtude tanto das características quanto da quantidade das perguntas. No entanto, apesar das duas primeiras escalas apresentarem baixa *alfa de Cronbach* e, portanto, baixa confiabilidade, optou-se em manter a análise descritiva dos dados de modo a considerar a relevância das respostas para a pesquisa realizada.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PROFESSORES E DAS TURMAS NO ANO DE 2019

A caracterização dos professores foi realizada com o intuito de identificar o participante da pesquisa, bem como verificar sua formação inicial e atuação profissional. Em relação à caracterização das turmas, buscou-se conhecer sua organização como um todo, intencionando entender o contexto em que o estudante filho de pais encarcerados poderia estar inserido.

A maioria expressiva de professores participantes da pesquisa atuam no ensino fundamental. Isso ocorre decorrente da obrigatoriedade da frequência dos estudantes nesta modalidade de ensino imposta pela legislação nacional.

A oferta de vaga obrigatória somente a partir dos 4 anos de idade prejudica as crianças bem pequenas, uma vez que os municípios mais pobres, assim como Piraquara, se organizam apenas para ofertar o que a lei exige. Fazer parte do grupo dos 100 municípios mais pobres do Brasil retrata a dura realidade enfrentada para atender às crianças em idade de creche (0 a 3 anos). Tendo isso em vista, é urgente a implementação de políticas públicas que aumentem a arrecadação financeira deste município, especialmente na área do turismo, de forma a respeitar suas características ambientais (HARDT L.; HARDT C., 2007; MONTEIRO, 2018). De igual forma, é necessário um olhar diferenciado do governo estadual e federal, no que diz respeito ao repasse de recursos financeiros a considerar os baixos índices de desenvolvimento humano de Piraquara e suas características.

Outra questão a ser refletida é que a instituição de ensino, para além de ser um espaço de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, é um ambiente de proteção a elas. Por isso, faz-se necessário que todos possam usufruir deste local, pois, estando no CMEI ou na escola, a vulnerabilidade imposta às crianças poderá

ser amenizada, ainda mais levando conta os riscos aos quais ficam expostos no interior de suas famílias e no meio em que vivem (SCOTT *et al.*, 2018).

Em relação à formação acadêmica dos professores participantes, evidenciou-se que 73 possuem pós-graduação, 21 graduação e 23 docentes ainda com curso em nível médio em Magistério/Formação de Docentes. A maioria dos professores participantes da pesquisa possuem pós-graduação em cursos *lato sensu* diversos, e apenas 02 *stricto sensu* (Mestrado).

Observa-se que um número expressivo de professores buscou dar continuidade em seus estudos, possivelmente impulsionados pelo Plano de Cargos, Emprego, Carreira, Vencimentos e Salários do Magistério Público Municipal vigente em Piraquara, o qual foi sancionado pela lei municipal nº 1.192/2012. De acordo com o referido plano, o docente que concluir a graduação recebe um aumento em seu salário de 50%, pós-graduação *lato sensu* 15% e *stricto sensu* (Mestrado) 20%, além de outras vantagens presentes no plano.

Apesar dos professores se apresentarem capacitados no tocante à formação inicial, ao menos quando considerados seus títulos acadêmicos, verifica-se uma possível falta de preparo dos docentes quando observada a grande quantidade de “não sei” e “não lembro” assinaladas nas diferentes questões do instrumento. Assinalar tais opções pode representar um preenchimento aligeirado do instrumento, como também mostrar um desconhecimento das questões individuais de cada criança. Há ainda que pensar e implementar ações de formação continuada que promovam a sensibilização dos professores frente aos diferentes temas envolvidos no espaço escolar, especialmente referente ao tema abordado nesta pesquisa.

Para refletir a respeito da formação dos professores, buscou-se identificar o ano de conclusão do último curso realizado por eles. A partir das respostas, foi possível perceber que o ano em que o maior número de professores se formou foi 2015, com 10,26%, seguido pelos anos de 2016 e 2018 com 8,55%. Apenas 3 participantes concluíram sua formação antes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96.

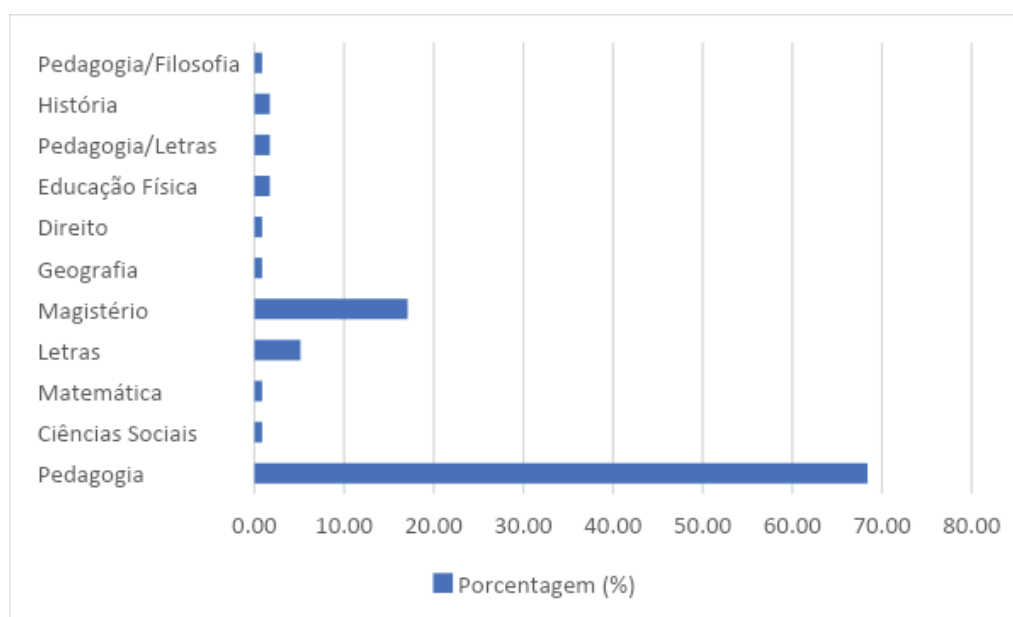
É importante ressaltar que no ano de 2015, o Conselho Nacional da Educação publicou uma resolução que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica (BRASIL, 2015). Esta resolução foi alterada em 2019 pela Resolução nº 2, que além de definir as DCN, institui a Base Nacional

Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BRASIL, 2019), a qual ainda não foi implementada e encontra-se em processo de revisão. Cabe destacar que a resolução nº 2 é alvo de muitas críticas dos estudiosos do campo de formação de professores, que se mostram contrários à sua aprovação em razão dos prejuízos impostos aos professores em sua formação inicial, especialmente no que trata a supervalorização da prática sem atrelá-la à teoria.

Sem a formação inicial adequada, muitas lacunas poderão ficar abertas no profissional professor, o que poderá resultar em um atendimento superficial das crianças, especialmente no que diz respeito às particularidades delas, a exemplo da que está sendo abordada nesta pesquisa, quer seja a condição de filhos de encarcerados.

A formação inicial de professores é, sem dúvida alguma, um tema permeado por grandes debates. Mesmo havendo uma normatização quanto aos saberes que devem ser adquiridos neste processo, muitas são as falhas percebidas na formação destes profissionais decorrentes da alta rotatividade e descontinuidade de políticas públicas que os contemplem. Assim como, se a formação destes profissionais ocorreu em cursos presenciais ou à distância, ou ainda se estudaram em instituições públicas ou privadas.

Há ainda alguns fatores que distanciam os saberes aprendidos na formação inicial do exercício do magistério, tais como: a distância presente entre a teoria e a prática e o não conhecimento da realidade escolar (LEITE *et al.*, 2018). No gráfico a seguir, são apresentadas as principais licenciaturas obtidas pelos professores:

Gráfico 1-Graduação dos participantes

Fonte: Elaboração própria, 2022

Com relação aos cursos de graduação em que os docentes realizaram sua formação, verifica-se que estão concentrados na área de humanas, onde um expressivo número de professores realizou graduação em Pedagogia. Cabe destacar que nesta rede de ensino, de acordo com a Lei municipal nº 1.192/2012, é exigido para exercício do cargo ou emprego de professor a habilitação obtida em nível superior, em curso de licenciatura de graduação plena, podendo ser admitido como formação mínima para o exercício da docência a formação obtida em nível médio com formação de Magistério/Formação de Docentes.

A opção em aceitar o ensino médio – “Formação de Docentes” para admissão de professores em Piraquara foi reiterada no PME, no qual foi explanada toda a dificuldade em ofertar um ensino profissional que incentivasse os jovens a seguir a carreira estudada (PIRAQUARA, 2015). Dadas as características econômicas deste município, os jovens necessitam ingressar cedo no mercado de trabalho para contribuir com a renda financeira de suas famílias, sendo atraídos pelo magistério principalmente em razão da constante oferta de vagas através de estágio, concurso público ou contratos temporários.

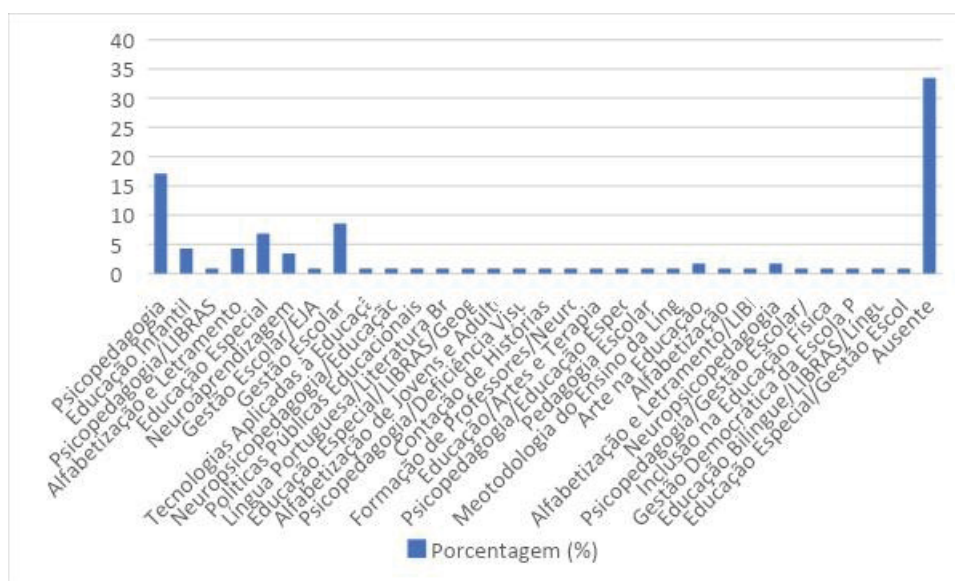
Sobre a Formação Docente, é necessário refletir se aquilo que os professores aprenderam em quatro anos é o suficiente para ser colocado em prática nas diferenciadas salas de aula do ensino municipal. Admitir professores apenas com

formação em nível médio contribui com uma questão imediatista de ofertar campo de trabalho aos jovens municipais e adquirir mão de obra para atuar nas instituições de ensino municipais. No entanto, essa ação pode não garantir a admissão de profissionais preparados para exercer o magistério, o que pode levar a problemas futuros que podem incidir tanto na qualidade de ensino quanto no enfrentamento das diversas problemáticas que permeiam a educação.

Cabe mais uma vez destacar a grande relevância dos programas de formação continuada, tendo em vista que independentemente da qualidade da formação inicial recebida, esta não dará conta de todos os processos e procedimentos. Gestores necessitam realizar um mapeamento de seus docentes para verificar as necessidades a serem supridas, bem como elencar os assuntos que deverão ser trabalhados a partir daquilo que se definiu como política pública.

O gráfico 2, a seguir, apresenta os cursos de pós-graduação dos professores participantes da pesquisa:

Gráfico 2- Pós-graduação dos participantes



Fonte: Elaboração própria, 2022

A partir do gráfico, observa-se uma grande variedade de cursos de pós-graduação cursados pelos professores, onde um expressivo número de cursos é voltado para a educação especial. Isso pode sinalizar um certo interesse e preparo dos professores para atuar junto a essa modalidade de ensino. Todavia, devem ser consideradas a qualidade dos cursos, se sua oferta se deu em instituições públicas ou privadas, sua duração, corpo docente e o compromisso da instituição com a

formação docente. Apesar da expressiva maioria dos docentes possuir pós-graduação na área da educação especial, isso não garante que venham a exercer práticas que alcancem os estudantes público-alvo desta modalidade de ensino, impulsionando a aprendizagem e o desenvolvimento destes.

Destaca-se que a educação especial teve sua origem com a oferta de assistência médica às pessoas com deficiência intelectual, onde a concepção de deficiência era de que se tratava de uma doença. As décadas de 1920 e 30 são marcadas pela popularização da escola pública e também pelo uso de testes de inteligência para identificar a deficiência intelectual. No período de 1930 a 1949, houve um aumento significativo na oferta de instituições especializadas privadas voltadas ao atendimento das pessoas com deficiência. Com a criação da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE, em 1954, e a criação de sua federação em 1962, a oferta de vagas em instituições filantrópicas foi se expandindo (MENDES, 2010).

À medida que a escola pública expandia suas matrículas, aumentava a reprovação e a evasão escolar, fatores que logo associaram o fracasso escolar à deficiência intelectual, sugerindo a necessidade da implantação das classes especiais em escolas públicas. Até a metade da década de 90, a crianças que repetia um ano escolar poderia ser diagnosticada como deficiente intelectual, confundindo os problemas sociais com a deficiência propriamente dita (MENDES, 2010).

Se durante décadas a educação especial foi apresentada como uma necessidade de atender de forma separada aqueles que possuíam alguma diferença dos demais, nos anos 90 surgiu a terminologia “educação inclusiva”, a qual prevê o ensino de todos juntos sem distinção. Esse discurso segue em andamento, embora estudantes que possuam uma deficiência, em sua maioria, ainda permanecem fora da escola (MENDES, 2010).

O histórico da educação especial possivelmente impulsionou a oferta de grande número de cursos de formação em pós-graduação indicados nesta pesquisa, assim como os desafios ainda a serem superados no que diz respeito ao tratamento das diferenças. A educação especial trabalha com a terminologia “necessidades educacionais especiais”, entendendo que cada criança possui uma necessidade diferenciada para a qual tem o direito de receber um atendimento pedagógico que atenda às suas necessidades.

Ao tratar da educação especial como educação inclusiva, propõe-se que esta possa abranger as crianças filhas de pais encarcerados, uma vez que estas possuem necessidades diferenciadas dos demais grupos de crianças; como a necessidade em estar mais tempo na escola, tendo contato com diferentes saberes e experiências. Se os professores, em sua expressiva maioria, possuísem qualificação e formação adequada para trabalhar com as diferenças, ficaria mais propício prepará-los para atuar com o público-alvo desta pesquisa.

Para além da formação profissional dos professores, investigou-se o tempo de docência dos mesmos na rede municipal de ensino de Piraquara. Os dados apresentaram uma média de 9,91 anos trabalhados, com tempo mínimo de 1 ano e tempo máximo de 40 anos, com *DP* de 8,34. Observa-se um expressivo número de docentes que está na rede municipal há quase uma década, o que pode significar uma estabilidade em que os mesmos provavelmente permanecerão na rede municipal até o final de suas carreiras docentes, a depender das possibilidades que o serviço público possa lhes oferecer.

Permanecer no município pode estar ligado diretamente à valorização profissional praticada pela gestão municipal, entendendo que esta valorização está atrelada à remuneração e às condições de trabalho ofertadas (CORDEIRO, GOUVEIA, 2021; GROCHOSKA; GOUVEIA, 2020), bem como à efetivação de uma gestão genuinamente democrática (PIRAQUARA, 2015).

Diante da estabilidade dos professores na rede municipal, verifica-se a viabilidade e necessidade da implementação de um programa de formação continuada em serviço que aborde temáticas que envolvam as crianças filhas de pais encarcerados. Olhar para estas temáticas a fim de discuti-las poderá tirar as crianças da invisibilidade prevalente em Piraquara, suas necessidades poderão ser supridas e seus professores serão instrumentalizados para lidar com os desafios impostos diante daquele que é marcado pelo cárcere sem nunca ter cometido um crime (a criança), resultando numa extensa rede de apoio aos estudantes e seus cuidadores.

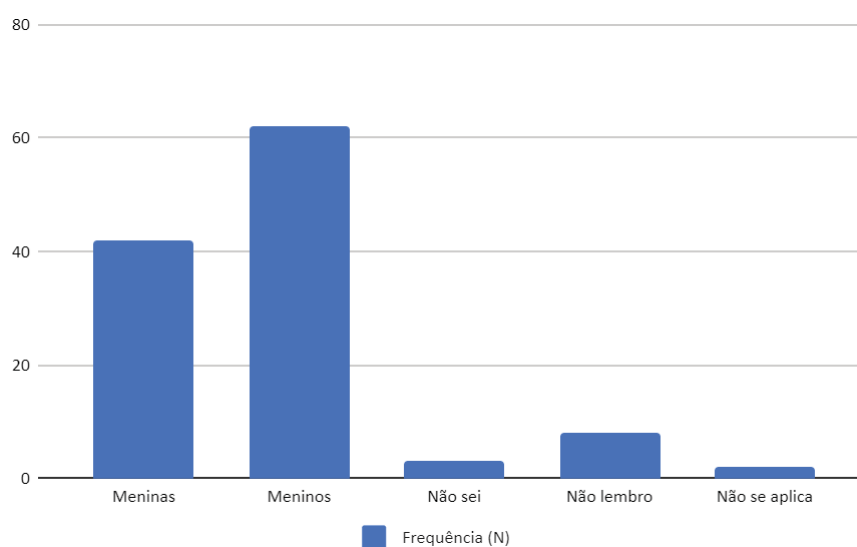
Também foi investigada a raça dos professores participantes da pesquisa com o intuito de refletir sobre sua relação junto aos estudantes, especialmente pretos e pardos. Observou-se que os docentes são prioritariamente brancos, resultado este que pode significar uma invisibilização e desvalorização da cultura negra, a considerar que é comum entre os docentes um discurso de igualdade social

entre as diferentes raças. Os mesmos afirmam tratar as crianças sem diferenças, ou ainda declaram a inexistência de práticas pedagógicas que evidenciem a diversidade racial, o que gera um silenciamento frente às questões do racismo; há ainda que considerar que o professor branco não sabe de fato o que significa ser preto ou pardo neste país.

As experiências vivenciadas pelos professores em nada se aproximam daquelas vivenciadas pelas crianças pretas e pardas desde sua mais tenra idade. Esta é uma questão a ser enfrentada com urgência, pois todos os dias estes estudantes são expostos a situações que implicam diretamente na formação de sua identidade, pois há uma valorização das crianças brancas e desvalorização das crianças negras. E ainda, as experiências vividas na escola podem contribuir diretamente com o fracasso escolar das crianças negras (PRIMO; FRANÇA, 2020).

Ao analisar as turmas nas quais as crianças filhas de pais encarcerados estavam inseridas em 2019, notou-se que eram constituídas, em sua maioria, por meninos, como demonstra o gráfico 3, a seguir:

Gráfico 3- Gênero predominante entre os estudantes da turma



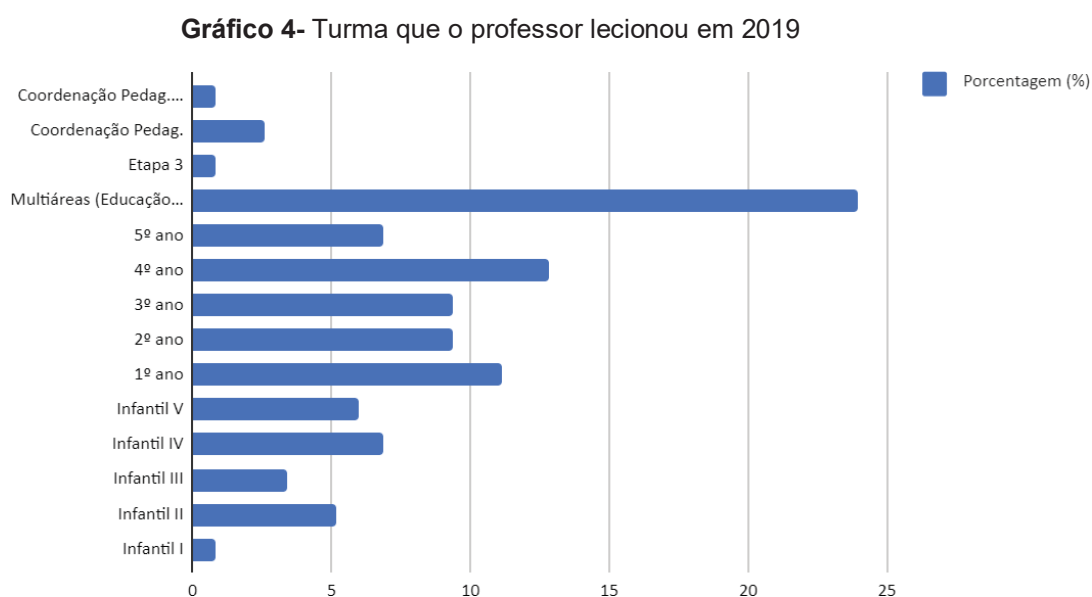
Fonte: Elaboração própria, 2022

Nas turmas conduzidas pelos professores participantes desta pesquisa, 52,99% do total dos estudantes eram meninos, seguido por 35,90% meninas. Foi verificado um expressivo número de “não lembro” e “não sei”, fator este que chama a atenção, já que estas eram as turmas de atuação dos docentes. Cabe destacar que houve um intervalo de tempo de apenas nove meses em que os professores

não tinham mais contato com os estudantes desde o dia da suspensão das aulas presenciais até a aplicação do instrumento da pesquisa.

Identificou-se ainda que na maioria significativa das turmas havia a presença de estudantes negros; fator este que exige um exercício da docência a partir de um olhar diferenciado (PRIMO; FRANÇA, 2020).

O gráfico 4 apresenta as turmas em que os professores participantes lecionaram no ano de 2019:



Fonte: Elaboração própria, 2022

Verificou-se que o maior número de professores (23,95%) atuava com multiáreas (arte, educação física, letramento literário e ciências). Estes professores afirmaram transitar por uma ou até três turmas da escola/ CMEI durante a semana para garantir a hora-atividade. Em segundo lugar, observou-se que 12,82% dos professores lecionaram no 4º ano e 11,11% no 1º ano.

O professor multiárea é aquele que fica menos tempo com as crianças em sala de aula durante a semana, considerando a carga horária ofertada aos estudantes e a organização do trabalho nesta rede municipal de ensino. No entanto, este profissional deverá ter acesso à formação continuada tão específica quanto aos demais, tendo em vista a grande relevância de seu trabalho no interior das instituições de ensino.

3.2 CRIANÇAS FILHAS DE PAIS ENCARCERADOS NA PERSPECTIVA DOS PROFESSORES

Nesta pesquisa, os professores participantes citaram 202 estudantes da rede municipal de ensino de Piraquara que são filhos de pais encarcerados. Comprovar a existência destes estudantes é um grande avanço para a pesquisa científica, sobretudo porque até o momento não foi encontrada na literatura nacional nenhuma pesquisa que sinalizasse quantos e quem são estes estudantes. Agora, ao menos sabe-se que eles existem e conhecer suas informações básicas poderá contribuir para a elaboração de políticas que auxiliem no seu atendimento dentro das instituições de ensino. A fim de sinalizar como estavam distribuídos os estudantes, construiu-se a tabela abaixo.

Os estudantes estavam distribuídos da seguinte forma:

Tabela 5- Crianças filhas de pais encarcerados por etapa/ modalidade de ensino

	Frequência (N)	Total da coluna (%)
Ensino Fundamental	124	61,27
Educação Infantil	67	33,34
Educação de Jovens e Adultos	1	0,49
Educação Especial	10	4,90
	202	100,00

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Observa-se que os estudantes identificados em 2019 estavam concentrados no ensino fundamental, etapa em que havia a maior oferta de vagas no município pesquisado decorrente da obrigatoriedade imposta pela legislação.

Do total de crianças identificadas (202), foi orientado que cada professor escolhesse apenas uma delas para continuar respondendo o instrumento. Por isso, de agora em diante, as características aqui indicadas se referem a 117 destas crianças.

Em relação ao gênero da criança escolhida, um grupo de professores marcou as opções menino e menina, não se atentando para a orientação da pergunta, que já indicava que nos casos onde há mais de uma criança público-alvo da pesquisa,

deveria ser escolhida apenas uma para dar continuidade às respostas. Assim, obteve-se um maior número de meninos (44,44%), com 28,21% de meninas e 27,37% que podem ser meninos ou meninas. Se comparado este resultado com as informações demonstradas no gráfico 3, conclui-se que poderá haver um número maior de meninos entre as crianças filhas de pais encarcerados.

Em relação à idade das crianças, identificou-se que a mais nova tinha dois anos e a mais velha tratava-se de um adolescente com 17 anos. Sendo que a média de idade foi de 6,98, com um *DP* 2,86. O que pode significar dizer que a maioria das crianças frequentam o ensino fundamental I etapa, no segundo ou terceiro ano. Possivelmente uma parte destas crianças permanece matriculada na rede municipal de ensino, pois apenas aquelas que frequentavam o 4º e o 5º ano avançaram para a rede estadual. Destaca-se que nestes dois últimos anos, decorrente da pandemia, o município trabalhou com progressão automática, resultando na aprovação de todos os estudantes.

No que se refere ao pertencimento étnico-racial das crianças, verificou-se que 38,46% são brancas, 14,53% são pretas, 39,32% são pardas e 0,87% são amarelas. Ao juntar os números de pretas e pardas, tem-se um expressivo número de 54,85%, que se torna a maioria das crianças identificadas na pesquisa.

Ao serem comparados os dados obtidos sobre a raça dos docentes e dos estudantes, verifica-se que os primeiros, majoritariamente, são brancos; e os segundos, os estudantes público-alvo desta pesquisa, em sua maioria são pretos e pardos. Diante desta situação, surge um questionamento: o professor, sendo branco, sabe lidar com as questões relacionadas ao racismo? Como esta situação é mediada em sala de aula?

Oliveira *et al.* (2021), ao estudarem o impacto do racismo na saúde mental da criança negra, organizaram três categorias temáticas a respeito, sendo elas: impacto social do branqueamento na identidade racial, impacto do racismo na saúde mental e percepção do professor a respeito do tema. Estes autores apontam que a desvalorização apresentada pela sociedade aos negros faz com que meninos e meninas sofram racismos diferenciados, onde a menina é exposta a um padrão de beleza branco para o qual deverá negar as características da sua raça; e o menino é rotulado como bagunceiro, arteiro e malandro.

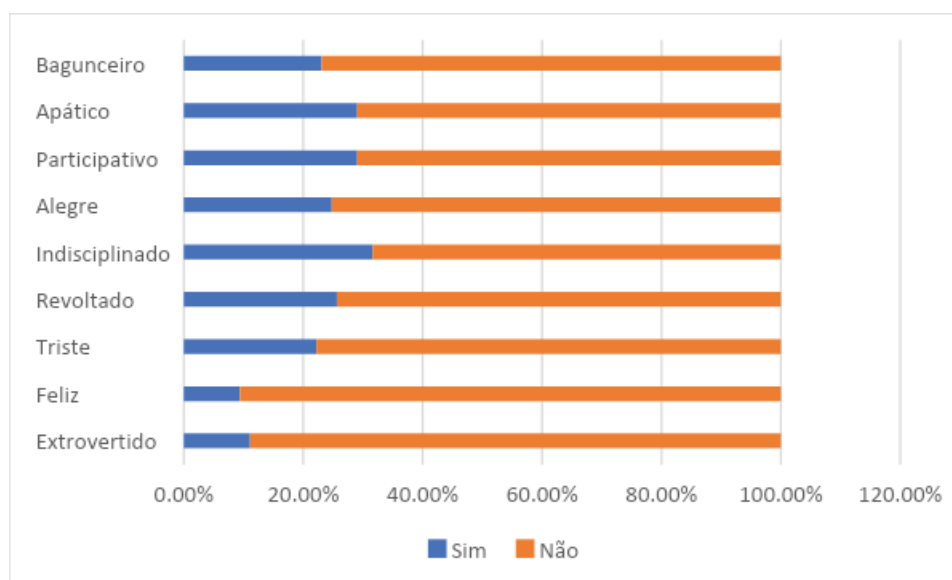
Negar as características de raça traz uma construção negativa da autoimagem das crianças e adolescentes, podendo resultar em baixa autoestima,

problemas de afetividade, depressão e ansiedade. Oliveira *et al.* (2021), apontam ainda que o ambiente escolar poderá repetir ações racistas enraizadas na sociedade, a partir dos professores e das próprias crianças, levando, por vezes, ao adoecimento das crianças negras.

O fato de ter um de seus pais encarcerado impõe uma marca a mais nestas crianças. Até mesmo porque muitos associam este fato à raça destas pessoas, ignorando todo o processo histórico que impôs (e impõe) aos negros uma condição precária de vida. A escravidão imposta aos seus antepassados deixou marcas duras que ainda não foram superadas, a exemplo do acesso aos bens culturais e sociais, associado ao racismo enraizado de que ao negro cabe apenas posições subalternas. Cabe à educação olhar para tais questões de modo a favorecer discussões que mudem o olhar da criança pequena, a fim de que esta possa crescer e contribuir com novos posicionamentos e novos olhares.

Acredita-se que as crianças público-alvo desta pesquisa apresentam peculiaridades que se sobressaem aos demais estudantes da turma. A seguir, no gráfico 5, são apresentadas as características descritas por seus professores em sala de aula:

Gráfico 5- Características das crianças



Fonte: Elaboração própria, 2022

A maioria das crianças foram indicadas como indisciplinadas, seguidas de apáticas e participativas. A característica menos indicada foi “feliz”. Essas diferentes características atribuídas a elas também foram observadas nos estudos de

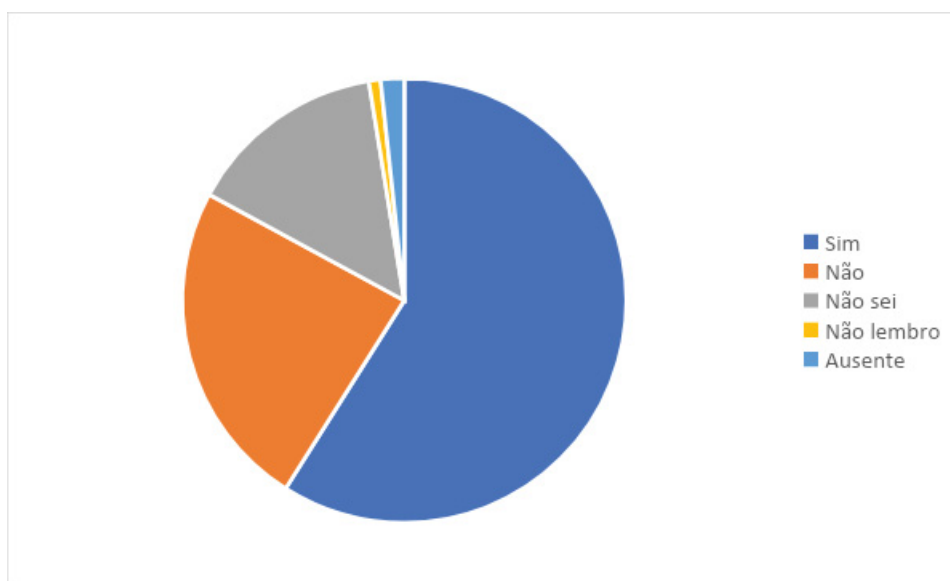
Kosminsky *et al.* (2005) e de Ledel *et al.* (2018), nos quais evidenciam que o encarceramento dos pais traz uma instabilidade emocional para as crianças.

Esta pesquisa traz grandes contribuições a respeito dos comportamentos identificados nas crianças em sala de aula, sendo que para uma mesma criança podem ter sido atribuídas mais de uma característica.

É importante lembrar que criança é criança independentemente da condição de seus pais. E ainda, em alguns momentos a interação com os colegas a faz sair deste mundo das dificuldades e estigmas, reforçando o papel do professor para que no período em que ficam junto delas nas instituições de ensino, as ajudem a superar as tristezas e dificuldades vivenciadas em seus lares.

O gráfico a seguir demonstra a permanência dos estudantes identificados na pesquisa nas instituições de ensino municipais no ano letivo de 2020:

Gráfico 6- A criança permaneceu na escola/CMEI em 2020



Fonte: Elaboração própria, 2022

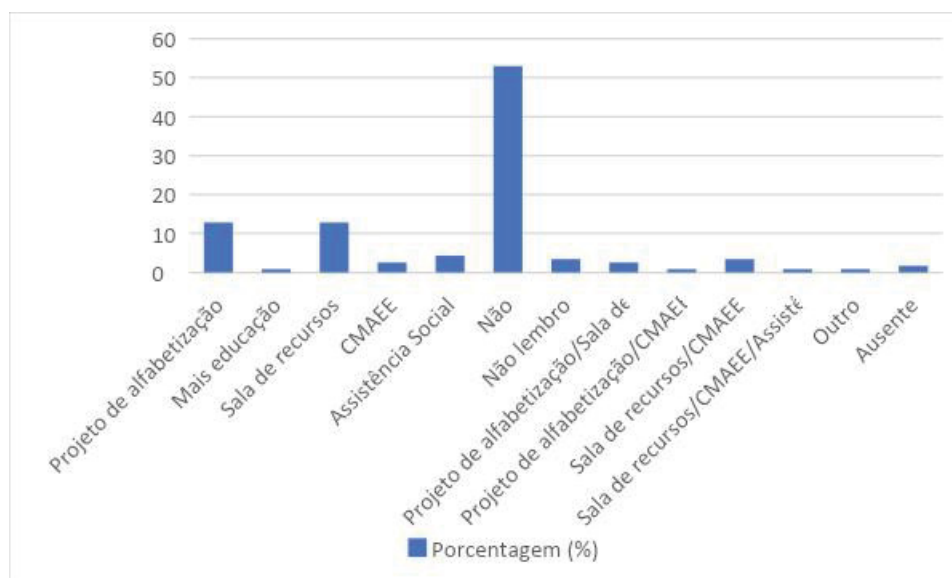
Dentre as respostas obtidas, 58,97% dos participantes indicaram que o estudante permaneceu na instituição em 2020 e somente 23,93% afirmaram que não. Sendo que os estudantes, em sua maioria, não apresentavam histórico de mudanças frequentes de instituição.

Quando comparada esta informação com o fato de o estudante apresentar comportamento indisciplinado, revoltado, apático, entre outros já apresentados, faz-se necessário olhar para ele de maneira urgente, pois se permanecer nas instituições de ensino municipais pode ser assistido de forma a aprender a lidar com

seus sentimentos. Os comportamentos apresentados pelos estudantes podem reforçar os estigmas impostos pela sociedade (CÚNICO *et al.*, 2020; DORNELLAS 2019; LYRA; BAUMER, 2011) e até mesmo impor uma condição de não aprendizagem, fato este que poderá trazer outras complicações para a sua formação. Por isso, é necessária a organização de atendimentos complementares e diferenciados a estes estudantes (VILAR, ORMEÑO, 2021).

Um provável atendimento diferenciado é o contraturno escolar, a considerar que este pode se configurar num espaço de proteção e possibilidade de contato com outros saberes, para além daqueles ofertados pela educação escolar. O gráfico a seguir evidencia a baixa oferta deste atendimento aos estudantes:

Gráfico 7- Oferta de atendimento em contraturno escolar



Fonte: Elaboração própria, 2022

Verificou-se que 52,99% dos estudantes não realizam nenhuma atividade em contraturno escolar, 12,82% frequentam a Sala de Recursos (o que indica que estas crianças possuem uma deficiência ou dificuldade acentuada de aprendizagem) e 12,82% frequentam o projeto de alfabetização, indicando dificuldades de aprendizagem. Vilar e Ormeño (2021) aprofundam questões relacionadas ao contraturno escolar apresentando fundamentos da Pedagogia Social que contribuem com uma proposta de atendimento a estes estudantes. As autoras defendem que outras educações podem contribuir com a educação escolar, sendo elas a educação popular, comunitária e social.

As crianças, filhas de pais encarcerados, quando entram na escola já trazem diversas defasagens, sejam elas emocionais, comportamentais ou psicológicas, para além daquelas que dizem respeito aos conteúdos transmitidos no espaço escolar (SILVA; SATO, 2019). Desta forma, há a necessidade de outras educações complementarem a educação escolar ofertada a estes estudantes.

Silva, Neto e Graciani (2017) contribuem com esta discussão apresentando os diferentes domínios da Pedagogia Social, sendo eles: sociocultural, sociopedagógico, sociopolítico e epistemológico. O primeiro domínio é expressado através dos sentidos, por meio das artes, cultura, música, dança e o esporte; o segundo trata dos processos sociais que resultam no exercício dos direitos individuais, sociais e políticos garantidos a todo cidadão brasileiro; o terceiro trata da participação, protagonismo e outras questões relacionadas que resultem numa eficiente participação na vida social, política e econômica da comunidade em que se vive. E o último trata do conhecimento produzido pelo ser humano.

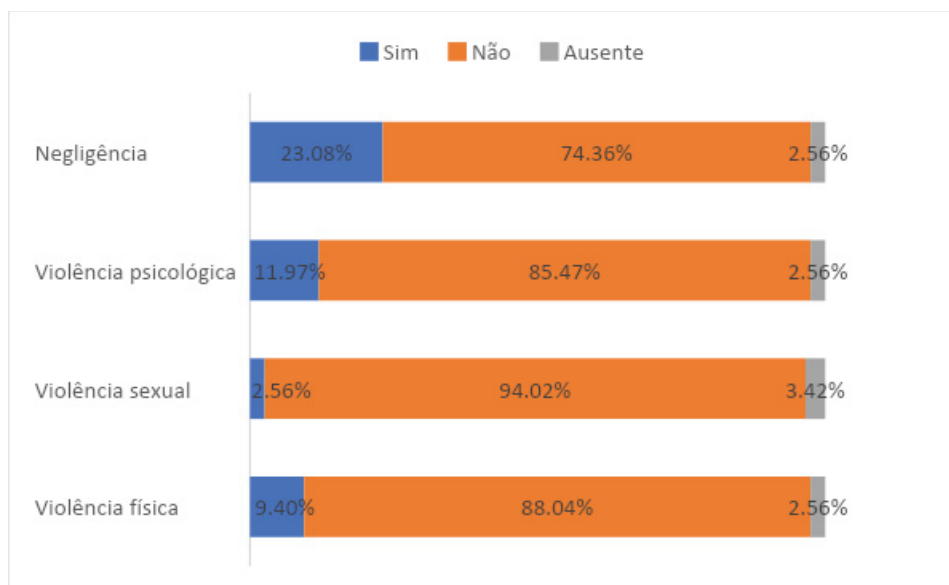
Silva (2018) apresenta o conceito de matriz de aprendizagem no qual os sentidos visão, audição, tato, paladar e olfato precisam ser explorados através de experiências cotidianas proporcionadas pelas diferentes educações. Neste sentido, destaca-se que a escola não é o único espaço a oferecer atendimentos em contraturno escolar. Faz-se necessário a implementação de outras políticas que complementem e potencializem a educação escolar, assim como a oferta de atividades culturais, esportivas e de lazer, tendo em vista que estas proporcionam uma qualidade nas relações sociais estabelecidas na comunidade e na família (ZANELLA *et al.*, 2019).

A oferta de atividades em contraturno escolar pode resultar ainda em proteção às crianças. Isso porque, ao passo em que estiver em um espaço público sendo cuidada, alimentada e vivendo diferentes experiências, estará também menos exposta aos diferentes tipos de violências.

Quando ocorre o encarceramento de um dos pais a família sofre grandes alterações, as quais poderão impor ao convívio familiar diferentes tensões. Aqueles que ficam fora dos muros da prisão sofrem diretamente seus impactos, seja nos aspectos financeiros ou no estigma imposto a eles pela sociedade em geral (LYRA; BAUMER, 2011; DORNELLAS, 2019; CÚNICO *et al.*, 2020). Tais tensões poderão resultar na exposição das crianças a algum tipo de violência no interior de suas famílias.

Com a finalidade de verificar se isso ocorre com as crianças filhas de pais encarcerados estudantes na rede municipal de ensino de Piraquara, foi perguntado aos participantes se havia histórico de violência no contexto familiar. Em caso afirmativo, deveriam explicar qual violência – fato este confirmado nesta pesquisa e evidenciado a partir do gráfico 8 a seguir.

Gráfico 8- Tipos de violência



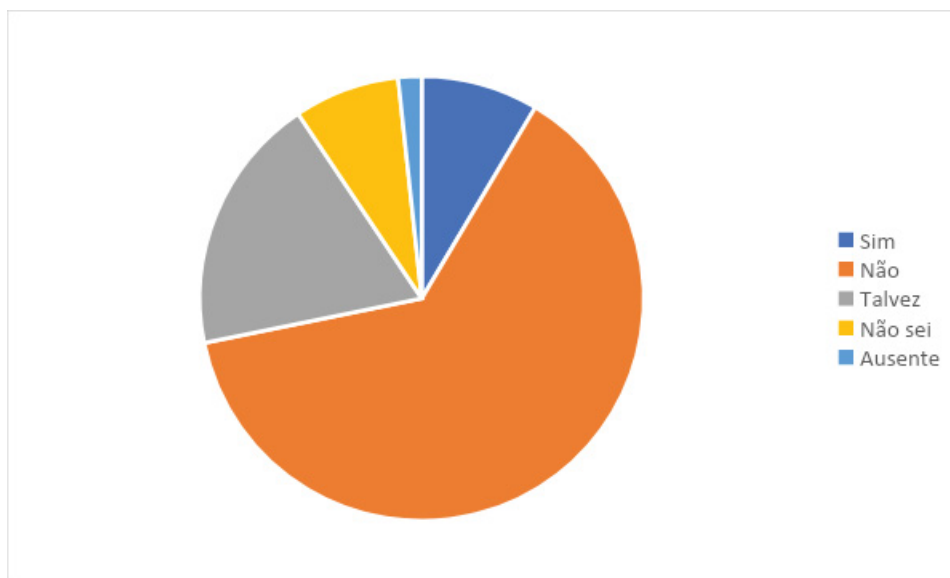
Fonte: Elaboração própria, 2022.

O gráfico permite verificar que as crianças identificadas são acometidas, em sua maioria, por negligência, seguida de violência psicológica, violência física e sexual. Sendo que, conforme as respostas dos participantes, apenas em 22,22% dos casos foi realizada a notificação para a Rede de Proteção. A negligência pode se apresentar em diferentes modalidades, podendo ser física, emocional, médica e educacional, mas nem sempre são identificadas por seus professores. Este fato evidencia a urgência em implantar programas de formação aos docentes que os qualifiquem na identificação dos casos, a fim de realizarem os encaminhamentos adequados para a proteção às crianças, atuando de forma preventiva aos maus-tratos infantis (GUIMARÃES, 2021).

Buscando entender se a criança filha de pai encarcerado recebia algum tratamento diferenciado na instituição de ensino que pudesse colocá-la em evidência, esta questão foi colocada para os professores. Propositadamente não foi realizada nenhuma explicação quanto ao tratamento diferenciado que poderia ser dispensado a estes estudantes. Ao observar as respostas obtidas, nota-se que a

uma maioria expressiva dos docentes apontou que as crianças não recebiam tratamento diferenciado, tal como observado no gráfico a seguir:

Gráfico 9- Você acredita que esse(a) estudante(a) tem algum tratamento diferenciado na escola/CMEI por ter algum familiar preso?



Fonte: Elaboração própria, 2022

Possivelmente ao olhar para esta pergunta, os participantes pensaram em questões relacionadas à discriminação e exclusão, não se atentando para uma outra possibilidade que consiste na oferta ao menos de um espaço para escuta destas crianças. Esses estudantes convivem constantemente com diversas emoções, que podem resultar em comportamentos considerados impróprios e inadequados (KOSMINSKY *et al.*, 2005), para os quais um atendimento diferenciado é necessário. Atendimento esse que possa acolhê-los, buscando ajudá-los a atravessar o árduo período de encarceramento de seus pais, ainda mais se considerado o fato de que sua infância será marcada por ausências e privações.

Além disso, no desenvolvimento da pesquisa levantou-se a hipótese de que poderia haver um número maior de estudantes filhos de pais encarcerados nas instituições de ensino que ficam próximas ao complexo prisional do município. Com intuito de comprová-la, juntou-se as informações de quantas crianças foram apontadas por instituição e o local de atuação dos professores, obtendo-se a tabela a seguir:

Tabela 6- Quantidade de crianças filhas de encarcerados(a) por instituição de ensino

Número de crianças em cada instituição	
CMEI Sabedoria	
CMEI Coragem	
CMEI Desapego	
EM Determinação	0
EM Empatia	
CMEI Bondade	
CMEI Respeito	
CMEI Responsabilidade	
CMEI Comprometimento	
CMEI Honra	1
EM Altruísmo	
EM Caridade	
CMEI Justiça	
CMEI Sinceridade	
CMEI Modéstia	2
CMEI Prudência	
EM Honestidade	
EM Humildade	
CMEI Otimismo	
CMEI Inteligência	4
EM Tranquilidade	
EM Maturidade	5
CMEI Paciência	
EM Dedicção	
EM Fraternidade	6
EM Perseverança	
CMEI Despreocupação	
EM Disciplina	
EM Criatividade	7
EM Sensatez	
EM Assiduidade	
EM Confiabilidade	9
EM Companheirismo	
EM Fé	10
EM Flexibilidade	11
CMEI Resiliência	13
EM Generosidade	14
EM Solidariedade	16
EM Amabilidade	17

Fonte: Elaboração própria, 2022⁴

⁴ O nome das instituições foi alterado com o objetivo de preservar o sigilo das informações.

As instituições de ensino de Piraquara estão localizadas nos diferentes bairros da cidade. Das 202 crianças identificadas nesta pesquisa, 69 estudam em instituições que ficam ao redor do Complexo prisional. As instituições com o maior número de estudantes filhos de pais encarcerados se localizam próximas ao Complexo prisional. Foram identificadas 84 crianças que estudam em instituições localizadas numa área formada por ocupações irregulares, a qual atualmente abriga um terço da população do município (HARDT L.; HARDT C., 2007; NAGAMINE, 2021). Tal fato evidencia que as famílias, em alguns casos, mudam-se de cidade para ficarem mais próximas de seu familiar encarcerado. Quando chegam ao novo local, ficam sem uma rede de apoio que possa auxiliá-los em suas necessidades, o que poderá expor as crianças a negligências e violências ao considerar as mudanças da rotina familiar (SILVA; LINES, 2019; GONÇALVES *et al.*, 2019).

Com as informações levantadas na pesquisa não é possível verificar o sucesso escolar destes estudantes. Todavia, os pontos considerados podem sinalizar uma trajetória marcada por exclusão e privações. Inicialmente, a privação do direito de ser cuidada pelos seus pais; e depois, a exposição a uma sequência de injustiças impostas a elas. A escola precisa olhar para essas questões a fim de estabelecer uma rede de apoio para as crianças filhas de pais encarcerados.

3.3 SITUAÇÃO PENAL DOS (AS) GENITORES (AS):

Frente ao encarceramento dos pais, as crianças poderão ficar desamparadas, uma vez que a privação de liberdade age diretamente sobre a família do encarcerado. Tendo isso em vista, a fim de levantar hipóteses a respeito dos cuidados recebidos pelas crianças durante o período de privação de liberdade de seus pais, foram incluídas no instrumento questões para verificar o regime imposto a eles para o cumprimento de suas penas, quem são os cuidadores responsáveis pelas crianças neste período e o vínculo estabelecido com seus pais através das visitas realizadas ao espaço prisional.

Inicialmente perguntou-se aos professores se os pais encarcerados faziam uso de tornozeleira eletrônica, onde informaram que 62 o faziam, 44 não e 11 não sabiam. Esta informação demonstra que estes pais poderiam estar cumprindo suas penas em regime semiaberto ou ainda aguardavam julgamento em liberdade. Cabe

destacar que o uso da tornozeleira eletrônica foi implantado no Brasil em 2010 como uma alternativa para a superlotação do sistema carcerário. Assim, a partir da publicação da Lei nº 12.258/2010, a qual apresenta base legal para instituir o monitoramento eletrônico através de tornozeleira, ficou estabelecido que “ela serve tanto para situações de indivíduos condenados que cumprem penas, quanto para aqueles que estão aguardando o julgamento de alguma ação penal em trâmite” (JÚNIOR, 2021, p. 70). No Paraná, o uso deste equipamento se deu apenas em 2014.

Os dados obtidos na pesquisa apresentam um número expressivo de responsáveis que utilizavam tornozeleira eletrônica, fator que pode resultar num melhor acompanhamento da vida escolar das crianças. Ainda que ser familiar de detento impõe um estigma que pode prejudicar o rendimento escolar das crianças (SANTOS; SOARES, 2009).

Dentre aqueles que faziam uso da tornozeleira eletrônica, observou-se uma maioria significativa de pais, seguidos por mães e alguns casos em que ambos a utilizavam. A prevalência maior de uso pelo pai vai ao encontro dos dados publicados pelo INFOPEN (2021), em que 4,57% da população prisional nacional é feminina e 95,43% é masculina. Destaca-se que sendo o pai o encarcerado, a mãe assume a responsabilidade de suprir todas as necessidades da família (SANTOS; SOARES, 2009). Mas, quando a mãe é a encarcerada, muitas vezes as crianças ficam sob o cuidado de outros familiares.

Ledel *et al.* (2018) discutem os impactos da falta de um vínculo forte com a figura paterna, afirmando que diante desse cenário as crianças podem ter seu desenvolvimento diretamente afetado. Para além disso, a ausência do pai e uma possível sobrecarga da mãe pode desencadear um baixo rendimento escolar da criança, entre outras questões ainda não detalhadas pela literatura.

Ao analisar quem era o cuidador responsável pela criança na escola/ CMEI, foi indicado que 54,75% dos responsáveis eram as mães, indicando que os pais estão presos. Importante lembrar que nos itens que englobam a mãe e outro familiar, os pais também podem ser considerados. Nesse sentido, verifica-se que os pais são responsáveis por 6,84% das crianças, o que pode indicar que as mães estão presas. Os casos em que são assinaladas as opções tia e avó sinalizam a possibilidade do pai e da mãe estarem encarcerados, totalizando 18,80%.

Os dados mostram que 40,17% das crianças mantêm contato com seu pai e/ou mãe encarcerado, fato este relatado pelas crianças cotidianamente em sala de aula ou informado pelo seu cuidador. Esse contato ocorria através das visitas realizadas aos estabelecimentos prisionais, uma vez que as visitas são garantidas pela legislação. Assim, cada instituição prisional organiza suas próprias regras a respeito deste tema.

Pesquisas apontam o quanto a visita é importante para manutenção dos vínculos com os filhos, ao mesmo tempo em que apresenta o quanto as crianças são expostas a situações que ferem seus direitos, a exemplo das longas filas de espera, os procedimentos de revistas e o local no qual são recebidas (LEDEL, 2018). Estudos revelam que mulheres visitam mais seus parceiros na prisão e, conseqüentemente, levam seus filhos. Esse fato pouco ocorre quando a mulher é encarcerada, o que faz com que tenha pouco ou nenhum contato com seus filhos durante o período de cárcere (LERMEN; SOUZA, 2018).

Diante dos dados levantados, 18,81% das crianças indicadas pelos professores apresentavam alterações comportamentais após a realização das visitas. As principais alterações observadas foram a agressividade verbal e física, revolta, tristeza, inquietação, nervosismo, necessidade de ser ouvida, apatia, ansiedade, alegria, felicidade e euforia. Abaixo seguem alguns relatos descritos pelos professores sobre o comportamento das crianças após um dia de visita:

Ele ficava feliz quando o pai saía do presídio e ficava muito triste e revoltado quando o pai voltava para o presídio (P2).

(...)

A criança batia nos colegas, falava muito palavrão, cometia bullying com os colegas, tinha um péssimo comportamento (P8).

(...)

Ele ficava revoltado com tudo, brigava com os colegas, não suportava perder nos jogos (P12).

(...)

Ansiosa, nervosa e com total falta de interesse pelo momento escolar (P104).

(...)

A criança era bastante ativa, demonstrava resistência para atender às solicitações das professoras, e segundo a mãe, quando era semana de ver o pai, ficava ainda mais eufórica. Após a conversa, passamos a observar que realmente isso ocorria. A menina apresentava ter carinho pelo pai, e aparentemente não tinha conhecimento de onde o pai ficava quando não estava em casa (P263).

(...)

Ficava mais agitado e trazia vários relatos de como foi, também não se conforma do pai receber doces e regalias na prisão e ele não ter acesso a isto no seu cotidiano (P300).

(...)

Quando o pai saía a criança ficava apática e sem paciência com os colegas (P351).

(...)

Além de ser preocupante para uma criança da sua idade as atitudes tomadas, ele dizia que o guardinha lá do trabalho do pai dele era um chato, batia em todos os colegas que estivessem ao seu redor, bem como gritava constantemente dizendo para pararem de bater nele, o que de fato não acontecia no ambiente da sala de aula de um Infantil 3. Gritava "me solta", "pare de me bater", mas ninguém estava naquele momento encostando nele ou perto dele. Eu presenciei uma situação dessa, o que para nós parecia algo que faziam com ele em casa e ele, por sua vez, "soltava/descarregava" nos momentos diversos do dia ou quando se sentia seguro, pois morava com a mãe e outros parentes. Ao conversar com a mãe, a Equipe Diretividade CMEI me relatou que ela estava grávida do pai (em uma visita íntima ocorreu a gravidez), porém, não contou para seu filho, nem o nome do bebê ou algo do tipo (...) estavam morando ali na região da PCE para ficarem próximos do pai e eram assegurados por ele com casa e tudo o que mais precisassem, pois ele tinha amigos fora de lá. Além de gritar para que o soltassem, o menino falava frases e palavras violentas como, por exemplo, "vou cortar a tua cabeça" (P498).

(...)

A criança voltava mais comunicativa e contava aos colegas o que tinha feito (P532).

(...)

Em contato com o pai, ela ficava mais amorosa e não brigava com os colegas e professoras (P537).

(...)

A criança vinha mais feliz para casa, contava para a professora como foi a visita, até demonstrava mais interesse em fazer a atividade e criar vínculos (P548).

Os relatos dos professores demonstram a instabilidade emocional que as crianças sofriam diante do encarceramento de seus pais, bem como a expressão de seus sentimentos no ambiente escolar. É importante considerar que o processo para a realização da visita é algo extremamente agressivo e marcante para a criança, podendo lhe causar um grande desgaste físico e emocional (SANTOS, 2006). Os espaços prisionais precisam ser reorganizados para amenizar o sofrimento da criança no momento em que espera para ver seus pais, bem como os procedimentos de revista e a realização da visita propriamente dita (LEDEL *et al.*, 2018).

As características apresentadas pelos professores em relação às crianças confirmam os poucos achados na literatura nacional (KOSMINSKY *et al.*, 2005; LEDEL *et al.*, 2018) e reforçam a urgência em olhar para estas crianças de forma diferenciada, auxiliando-as no manejo de seus diferentes sentimentos.

Rever seus pais num ambiente estranho, aversivo, causa-lhes possivelmente uma avalanche de sentimentos aos quais são expostos na instituição de ensino, local em que se sentem acolhidos a ponto de revelar, mesmo que de forma

considerada imprópria, seu pedido de socorro. Mostrar-se agressivo, revoltado e por vezes violento revela o pedido de ajuda para auxiliá-los a passar pelo cárcere de seus pais.

Da mesma forma, verifica-se a percepção dos professores a respeito do impacto do encarceramento no desempenho acadêmico das crianças. Alguns poucos professores afirmaram o encarceramento dos pais não prejudicava o desenvolvimento acadêmico das crianças, como demonstrado nos relatos a seguir:

No caso deste meu aluno não prejudicou. Ele era muito esperto, aprendeu rapidamente a ler e escrever, não demonstrou dificuldade na aprendizagem. Ele tinha muitos conflitos com os colegas: brigas constantes (P2).

(...)

Não pelo encarceramento em si e sim pois sobrecarrega o cônjuge. Também o encarceramento (raro) ocasiona o rompimento dos laços conjugais e a mãe partindo para um outro relacionamento ocasiona conflitos no âmbito familiar. O criminoso normalmente entende a mulher como uma propriedade. E geralmente requerem também muita atenção da parceira, que acaba reduzindo a atenção aos filhos do relacionamento anterior. Muitas pessoas não sabem, mas nas unidades prisionais o dia da visita ocorre as sextas, sábados e domingos. O primeiro final de semana do mês é visita das crianças. E elas somente terão contato com outros detentos que recebem visita de outras crianças. Caso o preso não receba visita de crianças ele fica em seu x (cela). As crianças não entram nas celas e nem os detentos podem ter relações nos quartos exteriores neste dia. Também os casais têm de ter um comportamento bem correto sem nenhuma manifestação de carinhos ardentes (P30).

(...)

Vai depender de como ela será tratada em casa, acredito que se ela tiver apoio em casa vai superar mais fácil esse distanciamento (P205).

(...)

Se a família apoiar a criança, conversar muito, não prejudica, agora se não tiver um diálogo em casa e for uma família desestruturada há sim um mal desempenho (P117).

(...)

Tudo depende da maneira como a família lida com a situação. No caso dessa aluna, ela sentia falta da presença do pai, porém a família a preservava no sentido de não falar sobre a situação do pai com a criança, pois devido à idade, poderia não entender. A mãe demonstrava se esforçar em dar carinho e atender às necessidades da criança (P263).

Nos relatos acima descritos são identificados diferentes pontos de vista, P2 afirma que seu aluno não teve problemas na aprendizagem, no entanto, apresentava dificuldades relacionadas ao seu comportamento, o que pode representar que o mesmo expressava através da agressividade seus sentimentos relacionados ao encarceramento de seus pais. O professor P30 aponta a sobrecarga vivida pela mulher no cuidado com seus filhos, afirmando que isso pode prejudicar as crianças, mas não necessariamente a prisão de seus pais é o fator prejudicial. Já P205 e

P117 acreditam que se as crianças tiverem apoio em casa poderão superar as dificuldades impostas pelo cárcere. E, por fim, P263 afirma que o esforço da mãe supria as necessidades da criança.

A maioria expressiva dos participantes indicou que o encarceramento dos pais prejudica o desempenho escolar das crianças. Estes relatos mostram-se muito ricos no que tange à urgência em implantar políticas públicas que deem o devido lugar para estas crianças na sociedade, e que de fato garantam seu direito à educação. Abaixo, seguem alguns destes relatos:

Sim porque a criança se preocupa com o familiar, o que tira o foco de sua atenção e emocionalmente fica vulnerável. E dependendo da situação, fica com um parente que cuida por obrigação e não proporciona o auxílio devido à ela (P7).

(...)

Acredito que sim, mas não se aplicava aos meus alunos, pois como ele era repetente de 2º ano, não apresentou nenhuma dificuldade de aprendizagem em 2019. Sabia ler com fluência, resolvia todas as atividades propostas com autonomia e corretamente (P12).

(...)

Com certeza. E os prejuízos podem se estender por toda vida. Lamentavelmente não há políticas públicas adequadas a este fim em efetivo funcionamento, não saem do papel (P14).

(...)

Dependendo do contato que essa criança tinha com o parente sim, pois a criança fica confusa com tal situação, às vezes até indisciplinada e revoltada (P26).

(...)

Acredito que sim, mas pude presenciar que com esta família em específico, a mãe buscou ensinar uma outra forma de ver a situação, destacando que o pai da criança estava preso e que ele havia feito "uma coisa errada" e que estava pagando. A mãe se afastou do pai, mas faz relatos dele ao filho, não o privando de ter conhecimento sobre a família. É uma mãe excepcional, sem igual. Batalhadora, guerreira, que faz tudo pelo seu filho e busca sempre mostrar o caminho certo a se seguir! (P31).

(...)

Sim. Pois o aluno tem dificuldades no relacionamento com os colegas e professores, o que dificulta no processo de aprendizagem, visto que a socialização tem papel importante neste processo (P56).

(...)

Sim! Especialmente quando se trata de algum membro da família imediatamente a criança vai sentir, seja psicologicamente ou emocionalmente, o que como consequência afeta seu desempenho acadêmico, seja muito ou pouco (P77).

(...)

Sim, pois nossa sociedade é muito preconceituosa e trata a família como "criminosa" ao saber que tem um ente em situação prisional, isso mexe com qualquer pessoa, por que não mexeria com uma criança? (P161).

(...)

Eu convivi com duas situações diferentes, uma onde a mãe da criança estava em encarceramento, então essa criança demonstrava muita carência, tinha dificuldade de relações com colegas em sala, e também seus cuidados pessoais eram um pouco negligenciados. Ela visitava a mãe no presídio e então voltava com o emocional bem abalado. A outra tinha o

pai em encarceramento, porém os pais estavam casados, a mãe mantinha a presença do pai, conversava sobre o assunto e tentava mostrar que tudo estava bem, a menina nasceu com essa situação, a mãe engravidou em uma das visitas. Devido ao bom comportamento do pai, ele conseguiu passar finais de semana com a criança e até levava e buscava na escola nessas datas de liberdade condicional. A segunda tinha bom desempenho escolar, porém muita dificuldade de relacionamento com colegas, brigava bastante e queria a atenção total a ela (P177).

(...)

Com certeza. A criança torna-se insegura e tem dificuldades de concentração e aprendizagem (P242).

(...)

Sim, principalmente se convivia com a criança. Já tive um aluno em outro ano, que começou apresentar febre constante por causa do pai ter sido preso e precisava ir embora mais cedo, prejudicando sua participação nas aulas (P289).

(...)

Acredito que em alguns casos sim, pois a criança perde o vínculo e muitas vezes não é informado a ela do ocorrido, achando assim que seu familiar a abandonou (P310).

(...)

Sim, a criança perde o contato de afetividade com alguém de sua família encarcerado, ainda mais se for o pai ou a mãe, envolve a questão de sentimento, saudades, muitas vezes não entende o porquê do seu familiar estar preso. Isso afeta a criança de alguma forma, podendo ser no seu desempenho escolar (P330).

(...)

Sim. Há um abalo emocional gerado pela situação que interfere diretamente no desempenho escolar. Neste caso, havia o apoio da mãe da criança que era muito presente na vida escolar da filha e não houve grandes prejuízos (P354).

(...)

Com certeza. A vida de pessoas encarceradas é muito dura e seus familiares sofrem preconceito, como se concentrar em conteúdo com um problema assim? (P401).

(...)

Sim, a estudante relatou que parou de estudar devido ao encarceramento da mãe, e que o pai não fazia a matrícula nem dela, nem das irmãs (P421).

(...)

Sim, pois já tive crianças em sala de aula que era notório o nível de carência afetiva e um emocional instável e abalado com a mãe presa, morando com outros parentes e mesmo pequenos tem aquele olhar dos adultos de que não dá para "mexer" com a criança porque é perigoso, ou até mesmo aquele preconceito de que é pobre e se está preso é porque merece e a criança que luta para conviver em sociedade. Desta forma, e com tantos conflitos é difícil para uma criança lidar com as situações internas e os preconceitos externos sem um auxílio mais específico e incisivo. Às vezes acho que seria bom mapear para termos uma noção de quem são estas crianças, porém, outras vezes penso e tenho a certeza de que para algumas professoras o melhor seria nem saber, para que não tenham algo pré-concebido daquela criança e a trate como semelhante" (P498).

(...)

Sim, porque no caso relatado se tratava do pai, pessoa que a família tinha um grande vínculo e era o provedor do sustento. Apesar de ser uma criança alegre, ativa, carismática, sempre fazia referência a essa lacuna da ausência do pai. Não havia privação de alimentos, vestuário, higiene, mas todos os relatos eram acompanhados da frase "ganhei de tal tia, porque o pai não pode comprar agora" (P511).

(...)

Sim. De certa forma tais condições podem afetar o rendimento escolar por diversos fatores, como: as condições emocionais que podem desencadear muitos problemas em relação à aprendizagem de certa forma. Se não forem bem trabalhados pelos professores podem desencadear diversos agravantes (P520).

(...)

Sim, pela falta do familiar na vida da criança, ainda mais quando é o pai ou mãe desta criança. Como fica a cabecinha dela, é complicado para qualquer pessoa adulta essa situação, imagina para uma criança (P539).

(...)

Sim, pois mexe com o emocional do estudante, a criança fica preocupada, insegura, com saudade e apresenta diversas alterações no comportamento e humor, não conseguindo se interessar nas atividades (P548).

Os relatos acima deixam em evidência que a criança, muitas das vezes, acaba sendo secundarizada, dando maior ênfase no familiar encarcerado. Em muitos casos, a criança é delegada a terceiros, o que pode implicar em exposição maior a negligências e violências (GUIMARÃES, 2021). Reitera-se que a ausência de políticas públicas e até mesmo o não cumprimento da legislação já existente poderá impor prejuízos irreparáveis às crianças filhas de pais encarcerados.

A manifestação de comportamentos considerados inadequados – tais como revolta, indisciplina e agressividade – interfere diretamente na aprendizagem das crianças, podendo trazer-lhes alguns prejuízos, além de aspectos físicos, como afirma P289 em seu relato.

Desconhecer o que de fato ocorreu com seus pais gera instabilidade emocional nas crianças, trazendo sentimento de abandono e insegurança diante das histórias relatadas por seus familiares para justificar a ausência dos mesmos (CÚNICO *et al.*, 2020). Aliado a isso, também é depositada uma grande expectativa nas mães, de que “quando são boas”, conseguem superar as lacunas deixadas pelos pais. Mais uma vez evidencia-se o quanto nossa sociedade atribui apenas à mãe o sucesso das crianças, nenhum participante evidenciou que o cuidado de “um bom pai” pode suprir as lacunas deixadas pela mãe durante seu encarceramento.

Vale lembrar do impacto social ao qual estas crianças ficam expostas, pois a pena do encarcerado muitas vezes se estende para a sua família (DORNELLAS, 2019), as crianças também são vítimas de preconceito e de negação de seus direitos.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa alcançou seu objetivo geral quando conseguiu identificar 202 estudantes na rede municipal de ensino de Piraquara que são filhos de pais encarcerados, aprofundando a análise de 117 destes. Em relação aos objetivos específicos, foi possível traçar o perfil dos participantes da pesquisa, perceber as alterações comportamentais nas crianças após a realização de visitas ao familiar encarcerado e verificar a percepção dos mesmos quanto ao desempenho acadêmico das crianças.

Encontrar uma maioria expressiva de professores que afirmam terem tido estudantes filhos de pais encarcerados durante sua carreira docente evidencia a urgência em tirar este público da invisibilidade prevaiente nas instituições de ensino municipais. Piraquara foi constituída em cima do complexo prisional com todas suas marcas na população. Não é mais possível que rebeliões, perseguições e batidas policiais sejam uma rotina na sua população, e que em nada impacte nas crianças em formação.

Para as crianças filhas de pais encarcerados, a urgência em implantar políticas públicas eficientes; para as demais crianças, empatia, compreensão, consciência crítica de que o encarceramento em massa atende interesses que não são da população pobre e marginalizada.

Estas crianças necessitam de reconhecimento não para serem estigmatizadas, mas para terem suas necessidades supridas. O município necessita complementar com urgência seu Plano Municipal de Educação, colocando os dados apontados nesta pesquisa e propondo ações a serem implementadas, especialmente a respeito da formação continuada junto aos docentes, a fim de resultar em um melhor atendimento aos estudantes.

São muitas as demandas enfrentadas pelos docentes em sala de aula, uma turma não é parada, estática, onde todos aprendem tudo ao mesmo tempo, onde todos chegam com as mesmas condições. As crianças não ficam estáticas, sentadas recebendo e assimilando todos os conteúdos. Especialmente após um período de distanciamento social, as crianças estão inquietas, carentes de atenção, ativas e dispersas. O docente precisa olhar e atender todas as diferenças presentes em sala de aula e nem sempre consegue, tendo em vista todas as demandas que lhe são impostas.

Associando meu fazer pedagógico à pesquisa realizada, foram muitos os momentos de frustração e até mesmo desespero, pois há uma distância entre aquilo que a teoria apresenta e o que se vive dentro dos espaços escolares. Especialmente no que tange ao público alvo desta pesquisa, as crianças necessitam de diferentes apoios para além daquele que um docente pode ofertar. É certo que estas crianças precisam ser enxergadas pelos docentes para que ocupem um protagonismo, que sejam ouvidas como qualquer outra criança com suas mais diferentes necessidades.

Suas famílias também necessitam de um apoio diferenciado, pois muitas vezes são arredias à escola, seja por vergonha, seja por defesa. Achem que tudo sempre é contra seus filhos e netos, pois consideram sua família de origem.

Com a realização desta pesquisa, muitas verdades que os anos de atuação profissional me colocaram foram desmontadas. A escola não funciona “redondinha” conforme as leis e orientações de quem a mantém. Não são feitas ações ilegais, mas não damos conta de tudo que o sistema nos impõe, e isso muitas vezes prejudica aquilo que temos de mais importante que são as crianças, sejam filhos de pais encarcerados ou não.

O professor necessita muito mais do que apenas saber atuar com o filho de encarcerado. Ele precisa de uma rede de apoio para que os desafios que se apresentem sejam superados em conjunto. É necessária uma rede formada dentro e fora das instituições de ensino, uma vez que a família destas crianças precisa de apoio para superar as marcas deixadas pelo cárcere.

É muito simplista achar que uma pessoa que passa pelo cárcere sairá de lá apta à ressocialização para recomeçar sua vida. A vida que ela deixou aqui fora não é a mesma que encontrará após meses, anos, ou até décadas que passou encarcerada. Os filhos não são aqueles que foram deixados, idealizados pelos seus pais, assim como os pais também não serão aqueles idealizados pelos filhos. Este distanciamento ou mascaramento da realidade dificulta a convivência futura.

Durante o período em que me debrucei à pesquisa aqui apresentada estive atuando em sala de aula com três estudantes filhos de pais encarcerados, dois com o pai preso e outro com o pai e a mãe encarcerados. Identifiquei que cada criança se comportava de um jeito diferente, a considerar o envolvimento de seus pais com o crime e os cuidados impostos por seus cuidadores durante o cárcere de seus pais.

Um dos estudantes, menino, apresentava um comportamento indisciplinado, possuía dificuldades em compreender e cumprir regras, era bagunceiro, revoltado,

muitas vezes chorava e ficava triste. Com o encarceramento do pai, ficou sob os cuidados da mãe, a qual perdeu a guarda de seus filhos por não apresentar junto a ele e seus irmãos os cuidados necessários. As crianças moraram num abrigo por um certo período e depois foram encaminhadas com guarda provisória para os cuidados da avó paterna, com a qual permanecem até o momento. Em alguns momentos era participativo e extrovertido. Apresentava um comportamento vitimista em que tudo que acontecia a ele em sala de aula e na escola atribuía ao fato de seu pai estar encarcerado, comentava abertamente em sala de aula tudo que aconteceu com ele e sua família, inclusive o que gerou o encarceramento de seu pai.

Outro estudante, menina, era apática, triste e apresentava dificuldades significativas de aprendizagem, não estando alfabetizada no 5º ano do ensino fundamental. Nunca comentou o fato de seu pai já ter sido encarcerado e estar foragido, demonstrando vergonha e receio de falar a respeito com a professora e colegas. No decorrer do ano letivo, seu pai foi preso e sua mãe também, posterior a este fato relatou o que havia ocorrido, demonstrando compreender todo o emaranhado das ações praticadas pelos seus pais, colocando sempre que aquilo era um trabalho. Neste dia chorou bastante e pediu que a situação não fosse comentada com ninguém, pois havia sido recomendada por seus familiares a guardar sigilo.

O terceiro estudante, menino, chegou na turma somente ao final do primeiro semestre de 2022 e estava em processo de formação de vínculos. Apresentava um comportamento desafiador, sendo agressivo verbalmente e fisicamente, indisciplinado, bagunceiro, revoltado, com baixo rendimento escolar. Contou em segredo para a professora a situação de encarceramento de seu pai, pois seguindo orientações de sua mãe não podia falar a respeito do assunto.

O sigilo da criança diante do encarceramento de seus pais ocorre possivelmente devido ao receio em sofrer preconceito e estigmatização (LYRA; BAUMER, 2011).

A literatura nacional pesquisada demonstrou poucas informações a respeito das características das crianças filhas de pais encarcerados (LEDEL *et al.*, 2018; KOSMINSKY *et al.*, 2005), mas estes poucos achados corroboram com os apresentados nesta pesquisa e com a prática profissional revelada pela pesquisadora.

Suas diferenças não foram encontradas na revisão de literatura realizada, a qual se mostrou de forma muito superficial, uma vez que nas publicações nacionais encontradas, apenas algumas das características possíveis foram identificadas nas crianças.

Os estudantes mostram um amor imensurável pelos seus pais e a saudade que sentem da convivência com eles, demonstrando que o encarceramento não atinge somente o encarcerado, mas sim seus filhos, como analisado por Bervian (2021).

Todos os conteúdos lidos foram sempre ressignificados a partir da minha convivência com eles. Foi um período muito difícil, à medida que adentrava na literatura um novo mundo se descortinou. Um mundo marcado por estigmas e exclusões. Por diversas vezes parei, refleti, chorei... me senti desafiada! Desafiada a continuar e dar voz a eles, foi por eles.

Por fim, o número expressivo de participantes que responderam que tiveram crianças filhas de pais encarcerados em suas salas de aula durante o exercício da docência reforça a necessidade do estabelecimento de políticas públicas para o atendimento destas crianças. Este dado demonstra a urgência em implementações de formação continuada que preparem os trabalhadores em educação para lidar com situações diferenciadas em sala de aula, de forma a levar esses estudantes a superarem as dificuldades impostas pelo encarceramento de seus pais (SANTOS; SOARES, 2009).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Adriane Matos. ALMEIDA, Sandra Maciel. MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães. Os filhos e as filhas da exclusão: uma revisitação de dados e de imagens etnográficas sobre a creche na prisão. **Revista educação e cultura contemporânea**, v. 17, n. 48, pp. 192-212, 2020.

AMARAL, Maísa Feliciano; BISPO, Tânia Chistiane Ferreira. Mães e filhos atrás das grades. **Revista Enfermagem Contemporânea**, v. 5, n. 1, jan./ jun., 2016.

ARSLAN, Serhat; OGUZ, Kazan Serap. The School Adaptation Process of Imprisoned Parent's Children. **International Journal of Educational Research Review**, v. 5, n. 2, pp. 126-134, 2020.

AZEVEDO, Janete Maria Lins; OLIVEIRA, João Ferreira. Gestão, monitoramento e avaliação dos planos de educação: retrocessos e desafios. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v.14, n.30, pp. 622-639, set./dez., 2020.

BARROS, Abenizia Auxiliadora; BITENCOURT, Silvana Maria. Marcas do cárcere: um estudo sobre a trajetória de mulheres ex - detentas. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, MG, v. 33, n. 2, 2020.

BERVIAN, Bárbara. **Filhos e filhas de pais e mães encarcerados no Brasil: Interfaces entre a criminologia e a desigualdade social**. Dissertação. (Mestrado em Criminologia). Universidade Fernando pessoa, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Porto, 2021.

BRAGA, Ana Gabriela Mendes. **Entre a soberania da lei e o chão da prisão: a maternidade encarcerada**. Revista Direito GV, v. 11, n. 2, pp. 523-546, jul./dez., 2015.

BRASIL. Lei nº 7210 de 11 de julho de 1984. Lei de Execução Penal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1984.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Lei nº 11.942, de 28 de maio de 2009. Dá nova redação aos arts. 14, 83 e 89 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para assegurar às mães presas e aos recém-nascidos condições mínimas de assistência. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional da Educação (PNE). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. In **Cidades IBGE**, (online). Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/>, Acesso em 26 de abril de 2021.

BRASIL. Resolução CNE/CP 2/2019. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2020.

CORDEIRO, Daniele Meira. GOUVEIA, Andréa Barbosa. Valorização do professor da educação básica e as metas do PNE: um estudo de caso de Piraquara/PR. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v.37, n.1, pp. 087- 108, 2021.

CRAHAY, Marcel. Como a escola pode ser mais justa e mais eficaz? **Cadernos Cenpec**. São Paulo, v.3, n.1, pp. 9-40, jun. 2013.

CRAHAY, Marcel; BAYE, Ariane. Existem Escolas Justas e Eficazes? Esboço de Resposta Baseado no Pisa 2009. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, n.150, pp. 850- 883, set/dez. 2013.

CÚNICO, Sabrina Daiana. *et al.* Estigma e Construção do Território de Pessoas Privadas de Liberdade e seus Familiares. **Revista Subjetividades**, v. 20 (Esp 1. Relações Intergrupais: Preconceito e Exclusão Social), 2020.

DOURADO, Luiz Fernandes. Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica: concepções e desafios. **Revista Educação e Sociedade**, v. 36, n. 131, pp. 299- 324, 2015.

DORNELLAS, Mariana Paganote. Os efeitos do encarceramento feminino para a família da mulher presa: aspectos de transcendência da pena. **Revista Antropolítica**, n. 46, 2019.

DUARTE, Juliana Calabresi Voss. MENDES, Claudinei Magno MAGRE. As políticas de educação e o Plano Nacional de Educação (2014-2024): análise de materialização das propostas do plano. **Série Estudos**, Campo Grande, v. 23, pp. 173- 193, mai./ago. 2018.

DUBET, François. A escola e a exclusão. **Cadernos de Pesquisa**, n. 119, pp. 29-45, jul. 2003.

DUBET, François. O que é uma escola justa? **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n.123, pp. 539-555, set./dez. 2004.

DURIGAN, Célia Regina Zem. **Maternidade na prisão: uma análise das relações de apego entre filhos e mães encarceradas**. Dissertação de Mestrado, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2015.

FIELD, Andy. **Descobrimo a estatística usando o SPSS-5**. Penso Editora, 2009.

FLORES, Nelia Maria Portugal. SMEH, Luciane Najar. Mães presas, filhos desamparados: maternidade e relações interpessoais na prisão. **Physis**, v.28, n.4, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FRENTE NACIONAL DOS PREFEITOS. **G 100 Municípios populosos com baixa receita per capita e alta vulnerabilidade econômica**, Brasília, 2017.

GADOTTI, Moacir. **Qualidade na educação: uma nova abordagem**. Congresso de Educação Básica: qualidade na aprendizagem. Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, 2013.

GARCIA, Carlos Marcelo. A identidade docente: constantes desafios. **Formação Docente**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 109-131, ago./dez. 2009.

GIULIANI, Marcela Denardin; BUDÓ, Marília de Nardin; KOHLER, Natália Selma. Cárcere e maternidade: a dupla penalização de mães e filhos. **Revista Interação**, v. 10, ed. 01, jan/jun 2019.

GONÇALVES, Silvia Cátia Rodrigues. *et al.* Filhos(as) de mães privadas de liberdade: formação de vínculo na casa de acolhimento. **Revista Brasileira de Saúde Funcional**, v. 7, n.1, 2019.

GROCHOSKA, Marcia Andreia. GOUVEIA, Andréa Barbosa. Professores e qualidade de vida: reflexões sobre valorização do magistério na educação básica. **Revista Educação e Pesquisa**, v. 46, São Paulo, 2020.

GUEDES, Terezinha Aparecida. *et al.* Estatística Descritiva. **Projeto de Ensino Aprender Fazendo Estatística**, 2016. Disponível em: https://www.ime.usp.br/~rvicente/Guedes_et_al_Estatistica_Descritiva.pdf. Acesso em 12 out. 2022.

GUIMARÃES, Ana Paula. **Filhos e filhas de pai ou mãe encarcerado: implicações do cárcere no contexto destes sujeitos**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

HARDT, Letícia Peret Antunes; HARDT, Carlos. Avaliação da qualidade da paisagem como fundamento à gestão urbana e regional: estudo de caso em Piraquara, Paraná, Brasil. In **Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**, Florianópolis, Brasil, pp. 5301-5307, 2007.

JÚNIOR, João Maria de Goes. **A monitoração eletrônica de pessoas envolvidas em processos criminais: a tornozeleira eletrônica, o estigma social do usuário e o crescimento de sua aplicabilidade no estado do Paraná e no município de Ponta Grossa**. Dissertação (Mestrado), Universidade estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2021.

KOSMINSKY, Ethel Volfzon; PINTO, Rute Bernardo; MIYASHIRO, Sandra Regina Galdino. Filhos de presidiários na escola: um estudo de caso em Marília-SP. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v. 5, n. 1/2/3, pp. 50-65, 2005.

LEDEL, Kellen Vasconcellos. *et al.* Pais encarcerados: A percepção de mães e crianças sobre a relação pais - filhos. **Pensando Famílias**, v. 22, 2018.

LEITE, Eliana Alves Pereira. *et al.* Formação de profissionais da educação alguns desafios e demandas da formação inicial de professores na contemporaneidade. **Educação e sociedade**, Campinas, v. 39, n. 144, pp. 721-737, jul/ set, 2018.

LERMEN, Helena Salgueiro; SILVA, Martinho Braga Batista. Masculinidades no cárcere: homens que visitam suas parceiras privadas de liberdade. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 18, n. 2, pp. 73- 87, 2018.

LYRA, Letícia Ribeiro; BAUMER, Gabrielle Cristina. Bullying e filhos de presidiários no ensino fundamental: algumas reflexões. In **Colóquio Internacional De Educação**, v. 1, n. 1, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/coloquiointernacional/article/view/1242>, 2011. Acesso 10 ago. 2022.

LOUZANO, Paula. *et al.* Quem quer ser professor? Atratividade, seleção e formação docente no Brasil. **Revista Estatística e Avaliação Educacional**, v.21, n. 47, pp. 543-568, set./dez., São Paulo, 2010.

MARQUES, Nelson Luiz Reyes M. *et al.* Novas diretrizes curriculares nacionais para a educação básica: avanços ou retrocessos? **Revista Educa Mais**, v. 5, n. 3, pp. 637-649, 2021.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Breve histórico da educação especial no Brasil. **Revista Educacyon y Pedagogia**, v. 22, n. 57, mai./ago. 2010.

MONTEIRO, Fabiana Alves. O turismo como ferramenta para promover o desenvolvimento social e a preservação do meio ambiente em Piraquara (Paraná, Brasil). **Turismo e Sociedade**, Curitiba, v. 11, n. 3, pp. 518-533, set./dez, 2018.

MORAIS, Klare. Família e cárcere- Os efeitos da punição sobre a unidade familiar e a necessidade de inclusão. **Altus**, 2016.

NAGAMINE, Liria Yuri. O lugar da cotidianidade no planejamento urbano: um olhar a partir do Guarituba (Piraquara/PR). **Caderno Metrópole**. São Paulo, v. 23, n. 50, pp. 355-377, 2021.

NÓVOA, Antônio. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47, n. 166, pp.1106-1133, 2017.

NUNES, César. O direito à educação e a educação como direito: passos e descompassos da política educacional brasileira no limiar do terceiro milênio. In NUNES, César; POLLI, Renato (Orgs). **Educação humanização e cidadania Fundamentos éticos e práticas políticas para uma pedagogia humanizadora**. Jundiaí, SP: Editora In House e Editora Brasília, 2018.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de Oliveira; ARAÚJO, Gilda Cardoso. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 28, 2005.

OLIVEIRA, Clarice Maynarte. *et al.* Impacto do racismo na saúde mental da criança negra: uma revisão de literatura. **Brazilian Journal Of Health Review**, Curitiba, v. 4, n.6, pp. 28768-28782, 2021.

ORMEÑO, Gabriela Reyes; PEREIRA, Ana Carina Stelko. Filhos nascidos no cárcere e as dificuldades do exercício da maternidade em ambiente prisional. **Psicologia Argumento**, v. 33, n. 82, pp. 432-445, 2015.

ORMEÑO, Gabriela Reyes; SANTINI, Paolla Magioni; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Fatores de risco e proteção vivenciados por mães encarceradas ao longo da vida. **Estudos e pesquisas em psicologia**, Rio de Janeiro, v. 17, n, 2, pp. 514-534, 2017.

PARANÁ. Departamento penitenciário. In **Depen** (online). Disponível em: <http://www.depen.pr.gov.br/>. Acesso em 26 de abril de 2021.

PIRAQUARA. **Lei Municipal nº 1491/2015**. Institui o Plano Municipal de Educação do Município de Piraquara – PME e dá outras providências. Disponível em: [http://www.piraquara.pr.gov.br/aprefeitura/secretariaseorgaos/educacao/uploadAddress/PME_COMPLETO_OFICIAL\[2648\].pdf](http://www.piraquara.pr.gov.br/aprefeitura/secretariaseorgaos/educacao/uploadAddress/PME_COMPLETO_OFICIAL[2648].pdf). Acesso em: 06.jun.2021.

PIRAQUARA. **Lei Municipal nº 1192/2012**, dá nova redação à Lei Nº 947/2008 de 02 de abril de 2008 e dá outras providências. Disponível em: [https://piraquara.pr.gov.br/aprefeitura/secretariaseorgaos/educacao/uploadAddress/Lei-Ordinria-1192-2012-de-Piraquara-PR\[11058\]\[14073\].pdf](https://piraquara.pr.gov.br/aprefeitura/secretariaseorgaos/educacao/uploadAddress/Lei-Ordinria-1192-2012-de-Piraquara-PR[11058][14073].pdf). Acesso em: 23.jan.2022.

PIRAQUARA. **Decreto n. 7.763/2019**. Vagas para a educação infantil. In Prefeitura de Piraquara (online), 2019. Disponível em: <https://piraquara.pr.gov.br/aprefeitura/secretariaseorgaos/educacao/Decreto--Vagas-Educacao-Infantil-69-11181.shtml>. Acesso em: 10 set. 2022.

PRIMO, Ueliton Santos Moreira; FRANÇA, Dalila Xavier. Efeitos do racismo na trajetória escolar de crianças: uma revisão sistemática. **Debates em educação**. Maceió, v. 12, n. 26, jan-abr. 2020.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta paul. Enferm.** v. 20, n. 2, 2007.

SANTOS, Andréa Marília Vieira. Pais encarcerados: Filhos Invisíveis. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 26, n. 4, pp. 594-603, 2006.

SANTOS, Denise Santana da Silva. *et al.* Um olhar sobre os filhos no contexto do encarceramento: Desafios para o sistema prisional. **Revista Brasileira de Execução Penal**, v. 2, n. 2, 2021.

SANTOS, Thays Duarte; SOUSA, Gaspar Alexandre Machado. A criança e a prisão: o encarceramento materno sob a perspectiva dos direitos do infante. **Revista Humanidades e Inovação**, v.7, n. 19, 2020.

SANTOS, Jonaza Glória dos Santos; SOARES, Maria José Nascimento. Marcas do encarceramento nas famílias de detentos de Aracaju/SE. **Revista Fórum Identidades**, v. 5, ano 3, 2009.

SANTOS, Luciana Cristina dos; SOUZA, Acsa Liliâne Carvalho Brito. A efetivação do direito à educação: acesso, permanência e qualidade de ensino. **Revista JusFARO**, v.2, n. 2021/1, 2021.

SCOTT, Juliano Beck. *et al.* O conceito de vulnerabilidade social no âmbito da psicologia no Brasil: uma revisão sistemática de literatura. **Psicologia em revista**, v. 24, n. 2, ago. 2018.

SHIMOYA, Aldo. Avaliação da confiabilidade de uma pesquisa utilizando o Coeficiente Alfa de Cronbach. In **Simpósio de Engenharia de Produção**, Universidade Federal de Goiás, 2016.

SILVA, Ana Luiza de Araújo; TIELLET, Maria do Horto Salles. Mulheres privadas de liberdade: delito, família, sistema prisional. **Relva**, v. 7, n. 2, pp. 193- 212, 2020.

SILVA, Gabriela Rocha; LINES, Odilza Almeida. Privação de liberdade da figura paterna: impactos sentidos na vida dos filhos. In **XIII Colóquio Nacional, VI Colóquio Internacional do Museu Pedagógico**, UESB- Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, pp. 2491- 2495, 2019.

SILVA, Roberto da. Outras educações possíveis. In: GADOTTI, Moacir; CARNOY, Martin. (Orgs.). **Reinventando Paulo Freire**: a práxis do Instituto Paulo Freire. 1ed. São Paulo: IPF/Lemann/Stanford Education, 2018, pp. 305-317.

SILVA, Roberto da; SATO, Luiz Takeo. **Pedagogia Social**: uma abordagem pedagógica para os conflitos e problemas sociais. Vol. 1. São Paulo: Expressão e Arte, 2019.

SILVA, Roberto da. NETO; João Clemente de Souza; GRACIANI, Maria Stela Santos. (Orgs) - **Pedagogia Social**: Volume X / Tomo I, 1ª Ed., São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2017, p. 352.

STELLA, Cláudia. Aprisionamento materno e escolarização dos filhos. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, v.13, n.1, jan./jun., 2009a.

STELLA, Cláudia. O impacto do encarceramento materno no desenvolvimento psicossocial dos filhos. **Educare. Revista de Educação**, v. 4, n. 8, p. 99-111, 2009b.

STELLA, Cláudia; SEQUEIRA, Vânia Conselheiro. Guarda de filhos de mulheres presas e a ecologia do desenvolvimento humano. **Revista eletrônica de educação**, v.9, n. 3, p. 379-394, 2015.

UNICEF; PNUD; INEP-MEC (Coord.). **Indicadores da qualidade na educação**. São Paulo: Ação Educativa, 2004. ISBN 85-86382-03-5

VASCONCELLOS, Katia Regina Teixeira; BERNARDO, Elisangela da Silva. Profissionalização docente: reflexões e perspectivas no Brasil. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 1, n. 2, pp. 208-222, 2016.

VILAR, Carla Juliane dos Santos. ORMEÑO, Gabriela Isabel Reyes. As contribuições da Pedagogia Social na ressignificação do contraturno escolar às crianças filhas de pais e mães encarcerados. **Revista Educação, Cultura e Sociedade**, v. 11, n. 2, pp. 119-131, 2021.

ZANELLA, Maria Nilvane; LARA, Angela Mara de Barros; CABRITO, Belmiro Gil. Educação Social e Escolar e o direito à educação na medida socioeducativa. **Revista Científica EccoS**, São Paulo, n. 48, pp. 155-173, 2019.

APÊNDICE 1- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Gabriela Isabel Reyes Ormeño, professora de pós-graduação, Carla Juliane Dos Santos Vilar e Juliana Maria da Rosa Elia e Ana Paula de Almeida Guimarães, alunas do programa de pós graduação da universidade federal do paraná, convidamos você, professor (a) da rede municipal de ensino de Piraquara- Pr, a participar de uma pesquisa intitulada: Identificação das Crianças Filhas de Pais e Mães Encarcerados no Município de Piraquara-Pr.

O município de Piraquara abriga a maior população de encarcerados do estado do Paraná, assim, é necessário identificar as crianças/estudantes filhos e filhas de encarcerados nas escolas e centros municipais de educação infantil.

- a) O objetivo principal desta pesquisa é identificar as crianças filhas de pais e mães encarcerados estudantes da rede municipal de ensino no ano de 2019;
- b) Caso você realize o preenchimento deste instrumento estará contribuindo diretamente na elaboração desta pesquisa;
- c) Para tanto você deverá preencher os dados solicitados, a depender de seus horários livres, esta atividade durará em torno de 10 a 20 minutos;
- d) Você não terá nenhum benefício direto como participante desta pesquisa;
- e) Os benefícios esperados com essa pesquisa, a partir da identificação e da revisão sistemática da literatura é inserir esta importante temática na discussão de temas educacionais, bem como, a possibilidade de realização de futuros as sobre a proposição de medidas de proteção à estas crianças, podendo assim dar maior visibilidade a elas que muitas vezes se encontram sem acesso à bens e serviços públicos, sendo negligenciados pela sociedade;
- f) As pesquisadoras Gabriela Isabel Reyes Ormeño, Carla Juliane dos santos Vilar e Juliana Maria da Rosa Elia responsáveis por esta pesquisa, poderão ser acessadas através dos emails: gabyreyes2@gmail.com, carla.vilar543@gmail.com e julianaeliacwb@gmail.com para esclarecer eventuais dúvidas que você possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado a pesquisa;
- g) A sua participação nesta pesquisa é voluntária e se você não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam este termo de consentimento livre e esclarecido assinado;
- h) As informações relacionadas à pesquisa poderão ser conhecidas por pessoas autorizadas, como a professora Gabriela Isabel Reyes Ormeño. no entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a sua identidade seja preservada e mantida sua confidencialidade;
- i) O material obtido (instrumentos) será utilizado unicamente para essa pesquisa e será descartado ao término da pesquisa no período de cinco anos;
- j) Você terá a garantia de que se houver algum tipo de desconforto, você será devidamente encaminhado para um profissional da área da psicologia atendido com a maior cautela possível por uma psicóloga que faz parte do grupo de pesquisa, sem custo algum a você;

k) Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código;

l) Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa, você pode contatar também o comitê de ética em pesquisa em seres humanos (cep/sd) do setor de ciências da saúde da universidade federal do paraná, pelo telefone 3360-7259. o comitê de  tica em pesquisa   um órgão colegiado multi e transdisciplinar, independente, que existe nas institui es que realizam pesquisa envolvendo seres humanos no brasil e foi criado com o objetivo de proteger os participantes de pesquisa, em sua integridade e dignidade, e assegurar que as pesquisas sejam desenvolvidas dentro de padrões  ticos (resolu o n  466/12 conselho nacional de saúde).

Eu li esse termo de consentimento livre e esclarecido e compreendi a natureza e objetivo da pesquisa com o qual concordei em participar. a explica o que recebi menciona os riscos, os benefícios e os tratamentos alternativos. e entendi que sou livre para interromper minha participa o a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem qualquer prejuízo para mim. fui informado que serei atendido sem custos para mim se eu apresentar algum dos problemas relacionados no item j, assim concordo voluntariamente em participar desta pesquisa.

APÊNDICE 2- OFÍCIO CIRCULAR N. 201/2020



MUNICÍPIO DE
PIRAQUARA

Secretaria de
Educação

Ofício Circular 201/2020 – SMED

Piraquara, 18 de Setembro de 2020.

Escolas Municipais.

Centros Municipais de Educação Infantil

Piraquara - Paraná.

ASSUNTO: Participação do estudo intitulado: Identificação das crianças filhas de pais e mães encarcerados no município de Piraquara - Pr.

Prezados Senhores,

O município de Piraquara – PR está localizado a 22,52 km da Capital Curitiba, tem sua população estimada em 114.970 habitantes. É um município marcado por suas belezas naturais, nascentes do rio Iguaçu, região de pouca industrialização decorrente de suas áreas ambientais e por abrigar a maior população de encarcerados do estado do Paraná.

Em pesquisa realizada no site do Departamento Penitenciário foram identificadas oito (08) unidades prisionais, divididas em regime fechado, semiaberto, sendo apenas um (01) feminino.

Considerando a grande população carcerária existente neste município, pressupõe-se que a medida que os (as) presos (as) vem para as unidades prisionais deste município, seus familiares também mudam seus endereços para Piraquara, ou ainda a medida que recebem a liberdade, seja definitiva ou condicional permanecem neste município. Há ainda os casos de presos (as) que são naturais deste município.

Diante disso há que se pensar nas crianças presentes nestas famílias, as quais são filhas de pais e/ou mães encarcerados (as). Quem são estas crianças? Estão em idade escolar? Onde estudam? Possuem visibilidade? Quais as políticas públicas voltadas para elas?

A rede municipal de ensino de Piraquara - PR, possui vinte e uma (21) escolas que atendem a primeira etapa do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), uma (01) escola de educação básica na modalidade de educação especial e dezoito (18) Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIS, o que resulta no atendimento de aproximadamente doze mil estudantes (12.000). Estima-se que entre estes, muitos sejam o público alvo desta pesquisa, no entanto atualmente não existe nenhum levantamento que identifique estes estudantes.

Assim, faz-se necessário primeiramente identificar estas crianças, saindo da invisibilidade para em outro estudo propor alternativas que possibilitem a quebra da intergeracionalidade, possibilitando ações que promovam estas crianças, criando vínculos fortes para que superem o preconceito e as dificuldades por elas encontradas.

Neste sentido solicitamos a participação de todos (as) os (as) professores que estiveram em função docente em 2019 para responder o questionário disponível no link: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSd4mJQUKbRiY9VufqEJeM2QorFiz0ZHZA_hHITXPp_jRpC4b2Q/viewform?usp=sf_link, o qual ficará disponível até o dia 25/09/2020.

Atenciosamente,

Carla Juliane dos Santos Vilar
Secretária Municipal de Educação
Decreto nº 5498/2017

APÊNDICE 3- INSTRUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DAS CRIANÇAS FILHAS DE PAIS E MÃES ENCARCERADOS NO MUNICÍPIO DE PIRAQUARA-PR

1. Email:

Professor (a), favor preencher utilizando apenas letra maiúscula, preencha os dados baseado no ano letivo de 2019.

2. Qual sua lotação em 2019?

- CMEI ANA MARIA
- CMEI ADELA LICKFELD
- CMEI ARI BERARDIN
- CMEI CANTINHO DO BRINCAR
- CMEI CELY DE LARA
- CMEI CLODOMIRA DA LUZ SALDANHA
- CMEI FELIPE ZELLNER
- CMEI IRACY DA COSTA
- CMEI IVONE MARTHA
- CMEI JOSEPHINA DA S. K "TIA TOTÔ"
- CMEI MARGARIDA ZENI
- CMEI MATIN TESSEROLLI
- CMEI NOSSA SENHORA APARECIDA
- CMEI PINGO DE GENTE
- CMEI PROFESSOR BELMIRO VALVERDE JOBIN CASTOR
- PROFESSORA JUDITH DOS SANTOS PIRES
- CMEI TIA ÂNGELA
- EEMB CRISTIANE PAMPUCH
- EM ANTÔNIO SCARANTE
- EM BERNHARD JULG
- EM CAPOEIRA DOS DINOS
- EM CARMELA DUTRA
- EM DONA JÚLIA WANDERLEY
- EM EMÍLIA CAPELINI VALENGA
- EM GERALDO RODOLFO S. CASAGRANDE
- EM GUILHERME RIBEIRO
- EM HEINRICH DE SOUZA
- EM HERMÍNIO DE AZEVEDO COSTA
- EM IDÍLIA ALVES DE FARIAS
- EM IZAAK VICTOR PEREIRA
- EM JOÃO BATISTA SALGUEIRO
- EM JOÃO MARTINS
- EM JOMAR TESSEROLLI
- EM MANOEL EUFRÁSIO
- EM MARILDA CORDEIRO SALGUEIRO
- EM MARLENE DO ROCIO LICHESKI DOS SANTOS
- EM OLGA RIBAS MARTINS
- EM PADRE LOTHÁRIO WELTER
- EM RUDI HEINRICHS

- SEDE SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
- CMAEE GUSTAVO MAIER
- CMAEE ALEX FIGUEIREDO
- OUTRA

3. Sou professor (a):

- Ensino Fundamental
- Educação Infantil
- Educação de Jovens e Adultos
- Educação Especial
- Não se aplica

4. Formação acadêmica:

- mistério ou formação de docentes
- graduação.
- pós graduação
- mestrado

5. Ano de conclusão do curso:

6. Qual o seu curso de formação?

7. Qual o seu curso de pós-graduação?

8. Tempo de docência na rede municipal de Piraquara:

9. Sua idade:

10. Professor (a), qual a sua raça?

- branca
- preta
- amarela
- parda
- indígena

11. Em que turma você lecionou no ano de 2019?

- INFANTIL I
- INFANTIL II
- INFANTIL III
- INFANTIL IV
- INFANTIL V
- 1º ANO
- 2º ANO
- 3º ANO
- 4º ANO
- 5º ANO
- MULTIÁREAS (EDUCAÇÃO FÍSICA, ARTES, LETRAMENTO LITERÁRIO)
- ETAPA 1
- ETAPA 2
- ETAPA 3
- SALA DE RECURSOS
- BIBLIOTECA
- CORREGÊNCIA
- PROJETO DE ALFABETIZAÇÃO
- DIREÇÃO
- COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DA SMED

OUTRO

12. Com relação ao gênero, as turmas que você lecionou continham mais?

meninas

meninos

não sei

não lembro

não se aplica

13. No que diz respeito a raça, você teve estudantes (as) negros (as) em 2019?

sim

não

não sei

não lembro

não se aplica

14. Em relação à pergunta anterior, quantos?

15. Você teve algum estudante (a) filho (a) de encarcerado (a) em sua sala de aula no ano de 2019?

menina

menino

não

não sei

não lembro

não se aplica

16. Você teve algum estudante (a) filho (a) de encarcerado (a) em sua sala de aula durante sua carreira docente?

sim

não

17. Quantos estudantes você teve no ano de 2019 filho (a) de encarcerado (a)?

0

1º ANO

2º ANO

3º ANO

4º ANO

5º ANO

não se aplica

obs.: o instrumento é encerrado para quem assinala a opção zero.

MONITORAMENTO ELETRÔNICO

18. Algum dos pais já usou tornozeleira?

sim

não

19. Era a mãe ou era o pai?

mãe

pai

Se você teve mais de um estudante (a) em 2019, escolha um para seguir respondendo.

20. Qual era a idade da criança?

21. Qual o pertencimento étnico racial deste estudante (a)?

branca

preta

amarela

parda

indígena

não sei

22. O responsável pela criança na escola/CMEI era:

pai

mãe

tio

tia

avô

avó

não sei

não lembro

23. Assinale as principais características do seu/sua estudante (a):

alegre

feliz

participativo (a)

apático (a)

extrovertido (a)

triste

bagunceiro (a)

indisciplinado (a)

revoltado (a)

24. Ele (a) permanece na escola/CMEI?

sim

não

não sei

não lembro

25. O (a) estudante (a) fazia parte de algum atendimento em contraturno escolar, qual?

Projeto de alfabetização

Mais educação

Sala de recursos

Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado - CMAEE

algum programa de assistência social. Qual?

Outro

não

não sei

não lembro

outro

26. Você tem conhecimento se estes estudantes (as) mudavam frequentemente de escola/CMEI?

sim

não

não sei

não lembro

27. havia histórico de violência no contexto familiar? de qual tipo?

não

negligência

violência física

violência sexual

violência psicológica

28. Foi notificado para a rede de proteção?

sim

não

não sei

não lembro

29. considerando que a negligência física, caracteriza-se pela falta dos pais e/ou responsáveis em prover as necessidades físicas da criança, como alimentação, vestuário e higiene. assinale qual destas situações este estudante (a) já apresentou: (pode assinalar mais de uma alternativa)

o (a) estudante (a) veio para a escola/CMEI com as roupas sujas;

o (a) estudante (a) veio para a escola/CMEI com fome e relatou não ter recebido alimentação em casa;

o (a) estudante (a) apresenta uma aparência de desnutrição;

o (a) estudante (a) apresenta uma aparência de obesidade;

o (a) estudante (a) apresenta má higiene constantemente;

o (a) estudante (a) já apresentou alguma doença relacionada a falta de alimentação adequada;

o (a) estudante (a) já apresentou alguma doença relacionada a falta de higiene adequada;

não se aplica.

30. considerando que a negligência emocional é caracterizada pela falha em suprir as necessidades emocionais da criança, privando-a de carinho e afeto, assinale qual destas situações este estudante (a) já apresentou: (pode assinalar mais uma alternativa)

o (a) estudante (a) demonstra-se carente constantemente;

o (a) estudante (a) demonstra-se ansioso (a) constantemente;

o (a) estudante (a) demonstra-se inseguro (a);

o (a) estudante (a) apresenta dificuldade em estabelecer vínculo com seus colegas de turma;

o (a) estudante (a) apresenta dificuldade em estabelecer vínculo com os professores;

o (a) estudante (a) apresenta baixo rendimento escolar;

não se aplica.

31. Considerando que a negligência médica é entendida como uma falha em prover assistência médica a criança, seja por meio de frequência a hospitais e pela não utilização de medicamentos e vacinas para ela, assinale qual destas situações os pais e/ou responsáveis deste estudante (a) já apresentaram: (pode assinalar mais de uma alternativa)

recusa em buscar a criança na escola/CMEI em caso de mal-estar;

não leva a criança para tomar as vacinas necessárias;

não promove a ida ao hospital, quando a criança está doente;

manda a criança para a escola/CMEI mesmo este estando com atestado médico;
 não manda para a escola/CMEI a medicação que a criança precisa em caso de doença;

não se aplica.

32. Considerando que a negligência educacional é interpretada como a falha em prover frequência escolar à criança, e desengajamento nos aspectos ligados à escola/CMEI, assinale qual destas situações os pais e/ou responsáveis deste estudante (a) já apresentaram: (pode assinalar mais de uma alternativa)

quando convocado (a), não comparecer às reuniões;

ao ser convidado (a) para as festividades da escola/CMEI, não participa;

não auxilia a criança em suas tarefas escolares;

não assina aos bilhetes;

não se preocupa com o rendimento escolar da criança;

não promove frequência escolar adequada a criança;

não se aplica.

33. a criança tinha contato com o pai ou mãe encarcerado?

sim

não

não sei

não lembro

34. Se a resposta da pergunta anterior foi “sim”, como você soube?

35. A criança frequentava os estabelecimentos prisionais?

sim

não

não sei

não lembro

36. Havia alguma alteração de comportamento após as visitas? qual?

sim

não

37. Caso a resposta anterior seja sim, qual?

38. O familiar permaneceu encarcerado durante o ano letivo de 2019?

sim

não

não sei

não lembro

39. Você acredita que o encarceramento de algum membro da família, pode prejudicar o desempenho acadêmico desse estudante (a)? justifique.

40. Você acredita que o encarceramento de algum membro da família, pode prejudicar o desempenho social desse estudante (a)? justifique:

41. Você acredita que esse estudante (a), tem algum tratamento diferenciado na escola/ CMEI por ter algum familiar preso?

sim

não

talvez

não sei

42. Agradecemos sua participação e deixamos este espaço para você alguma contribuição que considere relevante.

APÊNDICE 4- OFÍCIO CIRCULAR N. 214/2020



MUNICÍPIO DE
PIRAQUARA

Secretaria de
Educação

Ofício Circular nº 214/2020 – SMED

Piraquara, 02 de Outubro de 2020.

Escolas Municipais,
Centros Municipais de Educação Infantil.
Piraquara - Paraná.

ASSUNTO: Ampliação da participação no estudo intitulado: Identificação das crianças filhas de pais e mães encarcerados no município de Piraquara - Pr.

Prezados Senhores,

Primeiramente agradecemos as 440 respostas obtidas até o momento no questionário: *Identificação das crianças filhas de pais e mães encarcerados no município de Piraquara – Pr*, este resultado é muito significativo para a pesquisa em andamento.

Informamos que ao analisar o quantitativo de professores da rede municipal, aproximadamente 770 professores (pessoas) e 1100 padrões, refletimos sobre a necessidade em adequar algumas perguntas e solicitar a participação de todos os demais professores, independente de suas funções (coordenadores pedagógicos, diretores, corregentes, professores de projeto, professores da sala de recursos, coordenadores da SMED e licenças), sendo que assim teremos dados que possibilitarão diferentes análises.

Desta forma, solicitamos que todos os professores que não estiveram em docência no ano 2019, e que não responderam o questionário, acessem o link:

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSd4mJCUK6RIY9Vuf0EJeM2QcrFlz0ZHZAhhITXPo_iBoC4b2Q/viewform?usp=sf_link e contribuam com a

pesquisa em andamento. Manteremos o questionário aberto até 09/10/2020.

Atenciosamente,

Carla Juliane dos Santos Vilar
Secretária Municipal de Educação
Decreto nº 5498/2017